

CIÊNCIA E COTIDIANO - REVISTA CIENTÍFICA
PRODUÇÃO CIENTÍFICA AO SEU ALCANCE

ANO 04 / NÚMERO 05 - 2018
revista.cbplex.com.br

CIÊNCIA & COTIDIANO

REVISTA CIENTÍFICA

ISSN: 2236-3394

ARTIGOS

- ✓ A VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL E OS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA
- ✓ A VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL: DESENVOLVENDO CONCEITO
- ✓ SENSO-PERCEPÇÃO E REFLEXÃO: UMA APROXIMAÇÃO ENTRE MERLEAU-PONTY E PLATÃO
- ✓ UTILIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRAFIA NA ANÁLISE DA ESPACIALIZAÇÃO DOS CASOS DE DENGUE
- ✓ A INDÚSTRIA MIDIÁTICA CONTEMPORÂNEA: DA PRODUÇÃO AO CONSUMO DE BENS SIMBÓLICOS
- ✓ AS POLÍTICAS SOCIAIS E SEUS DESDOBRAMENTOS NO BRASIL



EDITORIAL.....	03
ARTIGOS	
1. A VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL E OS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA.....	04
2. A VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL: DESENVOLVENDO CONCEITO	10
3. SENSO-PERCEPÇÃO E REFLEXÃO: UMA APROXIMAÇÃO ENTRE MERLEAU-PONTY E PLATÃO	16
4. UTILIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRAFIA NA ANÁLISE DA ESPACIALIZAÇÃO DOS CASOS DE DENGUE. 27	
5. A INDÚSTRIA MUDIÁTICA CONTEMPORÂNEA: DA PRODUÇÃO AO CONSUMO DE BENS SIMBÓLICOS	34
6. AS POLÍTICAS SOCIAIS E SEUS DESDOBRAMENTOS NO BRASIL.....	42

CIÊNCIA & COTIDIANO

ISSN: 2236-3394 REVISTA CIENTÍFICA

EDITOR
DANIEL L. OLIVEIRA

CONSULTOR CIENTÍFICO E EDITORIAL
DRº DIMAS LUCENA

PROJETO GRÁFICO
NELSON P. NETO

JORNALISTA RESPONSÁVEL
JOSÉ ALVES VIEIRA DRT 627 - PB

CONTATO PUBLICITÁRIO
revista@cbpex.com.br

Disponível em: revista.cbpex.com.br

Uma Produção da CBPEX - Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão e
FABEX - Faculdade Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Ano 4 - número 5 - Janeiro de 2018
ISSN 2236-3394

Normas para Publicação de Artigos Científicos em CIÊNCIA & COTIDIANO

1. Os textos devem conter no máximo 15 laudas, redação em português, acompanhada de resumo [cerca de 250 palavras] em português. Idéias e conceitos neles contidos são de responsabilidade de seus autores. 2. O título do texto deve ser redigido em português, seguido do nome de seu(s) autor(es), com breve apresentação [à guisa de currículo] em notas de rodapé. 3. Cabe à produção editorial deste veículo, analisar e emitir parecer quanto a publicação de matéria. 4. Seus autores deverão ser assinantes da Revista CIÊNCIA & COTIDIANO. 5. Os pedidos para publicação devem ser expressa e formalmente requeridos à produção editorial deste veículo, com uma cópia enviada para o email: revista@cbpex.com.br.

Mais informações:
Fone: (83) 3243-0466
Site: revista.cbpex.com.br

CONSELHO CIENTÍFICO

Drª Ana Mª Coutinho Bernardo - Doutora pela UFPE

Drª Bagnólia Araújo da Silva - Doutora pela UNIFESP/EPM

Dr. Carlos Alberto J. da Costa - Doutor pela UFRN

Dr. Dimas Lucena de Oliveira - Doutor pela UFPB

Dr. Edmundo de Oliveira Gaudêncio - Doutor pela UFPB

Dr. Gerson Cruz de Santana - Doutor pela Universidade de Paris - Sorbonne - França

Dr. Isac Almeida de Medeiros - Doutor pela Universidade Strathclyde - Escócia

Ms. Homero Gustavo C. Rodrigues - Mestre pela UNICAMP

Dr. José Augusto Peres - Doutor pela Univ. de Salamanca - Espanha

Drª Otaviana Maroja Jales da Costa - Doutora pela UFRN

Dr. Paulo ileno Cysneiros - Doutor pela Syracuse University - USA

Drª Paula Francinette - Doutora pela Univerce Luiz Pastel - França

Dr. Roberto Texeira Lima - Doutor pela USP

EDITORIAL

A produção científica necessita estar conectada numa perspectiva política e social. É necessário que o conhecimento gerado seja fonte capaz de trazer respostas aos desafios da sociedade. O ato de produzir ciência também é percebido como um ato político, se constrói dentro da experiência existencial do indivíduo enquanto sujeito histórico, produto e produtor de cultura. Uma ciência que contribua para a compreensão do mundo. E que igualmente contribua para transformá-lo através de uma prática humanitária compromissada, ética e consciente.

É fundamental superar a concepção de ciência explicativa, observadora, neutra, imparcial, distanciada da realidade, que a educação dominante e tradicional tenta fazer valer. Também é fundamental socializar o conhecimento produzido, gerando leituras e inspirando novas produções, soluções e mudanças.

Nesse sentido, a Revista Ciência e Cotidiano se torna um veículo para essa produção científica, divulgando e gerando leituras importantes para a sociedade. Aliás, a leitura é a porta de entrada para o acesso ao conhecimento produzido pela humanidade, infelizmente a realidade social brasileira fratura esse acesso, fragilizando a possibilidade de uma cidadania ativa e transformadora.

O conhecimento aqui divulgado se inspirou no cotidiano, esperamos gerar leituras consistentes e inspiradora de novos caminhos. Produza ciência e divulgue, as páginas estão abertas, traga mais significados para a existência dessa revista.

Dimas Lucena

► PATRÍCIA DE CARVALHO SILVA MARTINS

ARTIGO

A VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL E OS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA



RESUMO

Este trabalho retoma a historicidade das Políticas de Assistência social no Brasil desde a Constituição Federal de 1988 e a atual conjuntura destas políticas focalizadas nos Programas de Transferência de Renda, com foco na gestão da informação. A historicidade Brasileira foi marcada pelo Assistencialismo e Clientelismo, tendo como foco principal a passividade da massa trabalhadora. A focalização, na atualidade, em torno dos Programas de Transferência de Renda, com critérios de elegibilidade, traz consigo a autonomia aos beneficiários de empregabilidade dos recursos recebido, de acordo com as necessidades do núcleo familiar.

Palavras-Chave: Programas de Transferência de renda; Focalização; Vulnerabilidade; Gestão da Informação.

Breve histórico da Política de Assistência Social no Brasil pós Constituição Federal

A constituição Federal foi um marco histórico no que diz respeito à garantia dos direitos de cidadania. Em seu artigo 3º estão definidos os princípios fundamentais da República Federativa do Brasil, entre eles à busca pela erradicação da pobreza, a marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais. Em seu artigo 203º, a Constituição de 88, define que a Assistência Social deve ser prestada a quem dela necessitar, independente de contribuição à Seguridade Social, denominado como Modelo brasileiro de Proteção Social não contributiva. (SPOSATI, 2012)

A inclusão da Assistência Social no campo da Seguridade Social representou um avanço no campo dos direitos sociais e humanos, tendo como reflexo a regulamentação e implementação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), em 1993.

Segundo Sposati, o modelo de proteção social não contributivo por si só não altera o real, “ter um modelo brasileiro de proteção social não significa que ele já exista ou esteja pronto, mas que é uma construção que exige muito esforço de mudanças.” (SPOSATI, 2012)

Apesar de o texto Constitucional colocar sob a égide do Estado a responsabilidade pela Proteção Social aos não contribuintes previdenciários, na atualidade, tais proteções estão focalizadas em Programas de Transferência de renda, com corte renda.

É sabido que o contexto histórico brasileiro, o processo de exploração, submissão do Brasil em relação a Portugal, a presença marcante da escravidão no país, influência diretamente a realidade vivida na atualidade, as ações adotadas ignoram tais características históricas e marcantes da desigualdade no país, posto que a pobreza é um

resultado da forma de estruturação do capitalismo brasileiro. (BEHRING, BOSCHETTI, 2010)

Segundo Couto, os Governos Pós-88 forma marcados pelos desmontes das garantias postas pela Constituição Federal de 88. Seguindo as orientações da lógica neoliberal, com a redução dos gastos públicos no âmbito das Políticas Sociais, e o repasse da responsabilidade estatal para as instituições privadas.

A Proteção Social, em sua essência, deverá assegurar a preservação da dignidade humana a todo cidadão, garantindo acesso aos direitos sociais, independentemente da sua comprovação de renda e classe social. A Assistência Social deve se dar de maneira universal, ou seja, a caracterização da pobreza e “merecidos” da Assistência Social, por meio de critérios de renda, e não possibilidade de sustento, evidencia o público dessa Política Pública como os necessitados sociais, ora, se a Assistência Social deverá ser prestada para quem dela necessitar, de acordo com o texto Constitucional, porque ter que provar sua incapacidade financeira de auto sustento e dos seus familiares afim de garantir acesso aos Programas que compõe a Proteção Social no Brasil? (SPOSATI, 2012)

A focalização nos Programas de Transferência de Renda do Brasil

O primeiro momento no Brasil em defesa de um programa de transferência de renda se deu em 1975, com a publicação do artigo de Antônio de Pádua Silveira, onde defendia o ideário que a economia brasileira não atendia as necessidades básicas para a sobrevivência da população, mesmo os que estavam inseridos no mercado de trabalho formal. (SILVA; YASBEK; GIOVANNI, 2012)

A complementação de renda da população foi posta como forma de garantir que os níveis de desigualdades sociais ficassem mantidos em parâmetros aceitáveis, garantindo a sobrevivência de forma digna e a efetividade da democracia plena. (SILVA; YASBEK; GIOVANNI, 2012)

O projeto de Lei do então senador petista Eduardo Suplicy, considerado por alguns autores da temática, o marco inicial da efetividade dos Programas de Transferência de Renda no Sistema de Proteção Social Brasileiro, propusera a instituição do Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM), tal projeto foi apresentado ao Senado Federal e aprovado em 1991. (SILVA; YASBEK; GIOVANNI, 2012)

Sendo este:

Programa de Garantia de Renda Mínima – PGRM, destinado a todos os brasileiros residentes no país, maiores de 25 anos de

idade que auferissem uma renda que corresponda, a cerca de três salários-mínimos nos valores de 2007. (SILVA, YASBEK, GIOVANNI, 2012. P.17)

Nesse mesmo período, início dos anos 90, o Brasil vivência a maior crise econômica desde 1930, crise esta, considerada por Netto, como essencial para a manutenção do modo de produção capitalista, o que dificultou a implementação deste Programa de Garantia de Renda Mínima, voltado para a população pobre, dentro dos critérios, evidenciamos o fato de que nos momentos de crise e recessão os mais afetados são a população em situação de pobreza.

O Programa de Garantia de Renda Mínima foi à inspiração para diversos Programas de Transferência de Renda, apesar do seu insucesso no combate a pobreza, pois focalizou a transferência de recursos apenas, deixando de enfatizar a inserção e acompanhamento dos beneficiários nas Políticas Sociais.

O Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) foi marcado pelo baixo investimento em políticas públicas, chegando a ser denunciado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) por ter o registro do menor investimento na área social (COUTO, 2010). Tal período foi marcado pela busca da estabilidade econômica, inserção do Brasil no mundo globalizado e implementação do projeto neoliberal.

Em 2001, ainda no Governo Fernando Henrique Cardoso, os Programas de transferência de renda em âmbito Federal sofreram ampliações com a criação do Programa Bolsa Alimentação, o Programa Bolsa Escola vinculado a educação, auxílio gás, cartão alimentação, dentre outros. Visando a efetividade dos programas sociais, foi instituído o Cadastro Único para programas sociais do Governo Federal, neste mesmo ano, como o objetivo de inserir neste sistema todos os considerados em situação de pobreza, sendo instituído também o cartão cidadão, unificando em um cartão apenas o recebimento dos benefícios sociais federais.

Os Programas de Transferência de Renda são considerados mecanismos importantes para a superação da pobreza no país não apenas pela transferência monetária diretamente ao beneficiário, dando a este beneficiário o poder de escolha na aplicação deste recurso, mas por garantir o acesso, aos ditos mínimos sociais para essa população, mesmo que de forma

precária por envolver diversos patamares governamentais nas três esferas de governo, a Federal, a Estadual e a Municipal. Estes programas se consolidam ao longo do século XX e ganham maior visibilidade, ocupando um lugar de destaque nos países democráticos ocidentais no século XXI, sendo considerada a nova tendência da Política Social

Brasileira. (LAVINAS, 2009)

Sendo:

Programas de transferência de renda aqueles destinados a efetuar uma transferência monetária, independentemente de prévia contribuição, as famílias pobres, assim consideradas a partir de um determinado corte de renda per capita familiar, predominantemente, no caso dos Programas federais, de meio salário mínimo. (SILVA, YASBEK, GIOVANNI, 2012. P.137)

No Governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) os programas de transferência de renda se intensificaram, houve a unificação dos Programas instituídos na gestão anterior, se tornando o Programa bolsa Família, a fim de dar maior efetividade e controle a tais programas. Este Governo tinha como principal meta governamental o enfrentamento e a superação da fome e pobreza do país, por meio das Políticas Sociais da Assistência Social, tendo como eixo central a transferência direta de renda.

O Programa Bolsa Família surgiu a partir da necessidade posta de unificação dos Programas de Transferência de Renda existentes no âmbito Federal, instituídos na gestão anterior, por se tratar de vários programas sob a responsabilidade de diferentes instâncias governamentais, se tornava inviável o controle destes, para tanto o Programa Bolsa família emerge com a justificativa de melhor efetivar a gestão. (SILVA; YASBEK; GIOVANNI, 2012)

A unificação dos programas e conseqüente criação do Bolsa Família, foi visto de forma positiva para a grande maioria dos estudiosos da temática, sendo esta unificação, considerada um avanço no campo das políticas sociais, visto que resultou em um programa racional, com foco no enfrentamento da pobreza, tendo a família como foco das ações. (SILVA; YASBEK; GIOVANNI, 2012)

Ao propor a integração se buscou estabelecer um novo marco para a política social do país que se distinguísse da tradição assistencialista e fragmentada. O objetivo era integrar as

políticas e aperfeiçoar os mecanismos de gestão para que o uso dos recursos fosse mais racional e houvesse uma articulação de iniciativas diferentes órgãos bem como um estímulo para que a comunidade participasse da gestão. Assim foi criado o Programa Bolsa Família Federal, sendo um dos programas de transferência de renda na contemporaneidade de importante destaque, principalmente na América Latina. (COLARES, p.6)

A implantação do Programa Bolsa Família em 20 de outubro de 2003, por meio da medida provisória Nº 132, tendo sido efetivada em 09 de janeiro de 2004, por meio do decreto da Lei 10.836 pelo então Presidente

da República Federativa do Brasil Luiz Inácio Lula da Silva, posteriormente regulamentada pelo Decreto N° 5.209 de 17 de Setembro de 2004.

O Programa Bolsa Família integra o Plano Brasil Sem Miséria (BSM), tem como foco principal a redução do número de brasileiros que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza, hoje calculado em aproximadamente 16 milhões de pessoas, têm como base na garantia de uma renda mínima, inclusão produtiva e no acesso aos direitos sociais básicos. (BRASIL, MDS, 2005)

Decreto N° 5.209/2004:

Art4º Os objetivos básicos do Programa Bolsa Família, em relação aos seus beneficiários, sem prejuízo de outros que venham a ser fixados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, são:

I – Promover o acesso à rede de serviços públicos em especial. De saúde, educação e assistência social;

II – Combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional;

III – Estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza extrema e pobreza;

IV – Combater a pobreza; e

V – Promover a intersetorialidade, a complementaridade e a sinergia das ações sociais do Poder Público.

As famílias beneficiárias deste programa de transferência de renda são aquelas, cuja renda familiar per capita varia de R\$ 70,01 a R\$ 140,00, estas

são consideradas em situação de pobreza, e as famílias consideradas em situação de extrema pobreza sua renda familiar mensal per capita não ultrapassa R\$ 70,00. O valor do benefício varia de acordo com a quantidade e idade dos filhos, podendo os beneficiários receberem o valor mínimo de R\$ 32,00 e o máximo de R\$ 242,00, de acordo com o Ministério de Desenvolvimento social e Combate a Fome.

Como forma de garantir o recebimento regular da transferência de renda, os beneficiários precisam cumprir as condicionalidades impostas pelo Programa Bolsa Família, na educação, na saúde e na Assistência Social, tais cumprimentos têm como objetivo, não apenas da continuidade no Programas, mas também a melhoria da qualidade de vida dos beneficiários,

Sendo os Programas de Transferência de Renda considerados a nova tendência da Política Social brasileira, o Programa Bolsa Família representa um marco histórico para o Brasil, diz respeito não apenas a

um programa de transferência de renda, mas garante a inserção no Sistema de Proteção Social brasileira e acompanhamento.

Ocorre que para ter direito aos benefícios assistenciais dos Programas de Transferência de Renda, se faz necessário estar elegível, de acordo com os critérios pré-estabelecidos, para ser inserido no cadastro único, o que não vem a garantir o recebimento do benefício, é sabido que os Programas de Transferência de Renda, não alcançam todos em situação de vulnerabilidade.

Vigilância Socioassistencial

Para que uma política se efetive na íntegra, de acordo com as proposições postas em seu texto, faz-se necessário o acompanhamento, avaliação e sistematização das informações que envolvem esta política.

Na Política de Assistência Social, o Sistema de Vigilância Sociassistencial, cuja vinculação se dá ao Sistema Único de Assistência Social, estando posto dentro dos serviços socioassistenciais no SUAS, conforme orientação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), tem o objetivo de coletar as informações passadas pelas diversas instâncias e dar subsídio para a efetividade desta política.

Sendo, segundo a PNAS:

Vigilância Social: refere-se à produção, sistematização de informações, indicadores e índices territorializados das situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social que incidem sobre as famílias/pessoas nos diferentes ciclos da vida (crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos); pessoas com redução da capacidade pessoal, com deficiência ou em abandono; crianças e adultos vítimas de formas de exploração de violência e de ameaças; vítimas de preconceito por etnia. Gênero e opção pessoal; vítimas de apatamento social que lhes impossibilite sua autonomia e integridade, fragilizando sua existência; vigilância sobre os padrões de serviços de assistência social em especial aqueles que operam nas formas de albergues, abrigos, residências, semi-residências, moradias provisórias para os diversos segmentos etários. Os indicadores a serem construídos devem mensurar no território as situações de riscos sociais e violação de direitos. (PNAS, 2005)

Para tanto a gestão da informação se faz primordial a fim de garantir efetividade das políticas públicas, selecionando os dados passados pelas múltiplas fontes, como Estados e Municípios, como o objetivo de absorver as informações relevantes para definir as ações e processos, tomada de decisões e o controle das operações. (TAPAJÓS, 2009)

A Secretaria Nacional de Assistência Social é a unidade do Ministério de Desenvolvimento Social e

Combate a Fome (MDS) responsável pela Gestão Nacional da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), na perspectiva do Sistema Único da Assistência Social (SUAS). Sua meta é o cumprimento da tarefa histórica de consolidar o direito à Assistência Social em todo o território nacional. (MDS, 2010)

Devido à necessidade posta pela PNAS, a construção de um novo sistema de gestão, o SUAS, a Secretaria Nacional de Assistência Social criou, inicialmente, um grupo de trabalho para a gestão da informação, posteriormente elevado a Comitê Gestor de Informação e Comunicação no MDS.

Instaurou, internamente à SNAS, uma assessoria de Informação, departamento responsável pelo desenho da Rede SUAS, rede de acompanhamento da Política de Assistência Social no país. Embora absolutamente financiada pela SNAS, a RedeSUAS, arregimenta um vasto rol de informações que, entre outros, compões a denominada Matriz de Informação Social do MDS – Misocial – um repositório de dados e

informações sob responsabilidade de sua Secretaria de Avaliação e Gestão – SAGI. (GAMBARDELLA, 2011)

É atribuição da Vigilância Socioassistencial, através da gestão da informação análises e indicadores referentes aos riscos sociais, salientando que estes remetem a situações de vulnerabilidade, desencadeando as demandas da Assistência Social.

A orientação do MDS é que a vigilância esteja instalada nos Estados, Municípios e no Governo Federal, porém é sabido que não temos a efetividade em sua totalidade, resultando em lacunas de informações, dificultando a resolutividade dos riscos e vulnerabilidades.

Segundo o MDS, a vigilância Socioassistencial deverá ser estruturada a partir de dois eixos: a vigilância de riscos e vulnerabilidade e a vigilância de padrões e serviços, obtendo informações referentes à incidência de violações e necessidade de proteção da população, bem como a distribuição dos serviços ofertados pela rede e suas características. A vigilância Sociassistencial contribui na elaboração de planos e diagnósticos da Política de Assistência Social, como elencamos anteriormente.

As informações tomadas como base para a avaliação, sistematização e produção advêm do preenchimento dos relatórios de informações sociais, Cadúnico, censo SUAS, dentre outros, ou seja, o grande leque de informações utilizado para análises são de responsabilidade municipais, o que acarreta em um a grande responsabilidade na informação correta, a fim de garantir uma maior efetividade das ações.

A SAGI – Secretaria de Avaliação e Gestão – condensa as informações e as disponibilizam para a

sociedade através do seu web site, dentro da home Page do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS). São disponibilizados relatórios gerais dos programas sociais, como número de beneficiários, recursos disponibilizados, enfim todas as informações que embasam as melhorias nas políticas e acompanhamento das ações do Governo Federal, os resultados obtidos e dão margens para realização de estudos na área.

Referências Bibliográficas

BRASIL, Constituição (1988). Constituição da República Federativa no Brasil. Brasília; Senado, 1998.

BRASIL. Medida provisória nº 132 de 20 de outubro de 2003. Cria o Bolsa Família, 2003. Acessível em <ftp://ftp.datasus.gov.br/ftpbolsa/download/MedidaProvisoria132.pdf>

Colares, Mônica Socorro Pereira. Programa de Transferência de Renda no Brasil e Seus Desafios Futuros. Rio de Janeiro.

COUTO, Berenice Rojas. O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível? – 4. Ed. – São Paulo: Cortez, 2010.

CUNHA, Rosani. Transferência de Renda com Condicionalidade: A experiência do Programa Bolsa Família. In: UNESCO/MDS. Transferência de Renda com condicionalidades: A experiência do Programa Bolsa Família, 2009. Acessível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001830/00183075por.pdf>

GAMBARDELLA, Alice Dianezi. Compartilhamento dos sistemas de informação entre os entes federados na construção do SUAS. Doutorado em Serviço Social; Orientadora Profa. Dra. Aldaíza Sposati. São Paulo: PUCSP, 2011.

LAVINAS, Lena. Cidades e Questões Sociais/organizado por Dirce Koga, Eliane Ganey, Eunice Fávero; Colaboração de Maria Carmelita Yazbek. Transferir para quê? São Paulo: Terracota, 2009.

_____; Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Perguntas e respostas sobre o Bolsa Família. Brasília, 2005. Acessível em <http://www.mds.gov.br>

_____; Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Política Nacional de Assistência Social. Brasília, 2005. Acessível em <http://www.mds.gov.br>

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO E COMBATE À FOME. Manual de Gestão de

Condicionalidades. 1ª Edição. Brasília – DF 2006.

_____; Presidência da República. Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil Brasília: 10 jan. 2004. A c e s s í v e l e m : http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.836.htm

_____; Presidência da República. Decreto 5.209 de 17 de setembro de 2004. Regulamenta o Programa Bolsa Família, 2004. Acessível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5209.htm

NETTO, José Paulo. Revista Serviço Social e Sociedade. Crise do Capital e conseqüências societárias. São Paulo, n.111, p. 413-429, jul./set. 2012.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YASBEK, Maria Carmelita; GIOVANNI, Geraldo di. A Política Social Brasileira no Século XXI. A prevalência dos programas de transferência de renda. – 6º Ed. São Paulo, Cortez editora, 2012.

SPOSATI, Adailza. Modelo Brasileiro de Proteção Social Não Contributiva: concepções fundantes. In: UNESCO/MDS. Concepção e Gestão da Proteção Social Não Contributiva no Brasil, 2009. Acessível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001830/00183075por.pdf>

TAPAJÓS, Luziele. Gestão da informação em Assistência Social In: UNESCO/MDS. Concepção e Gestão da Proteção Social Não Contributiva no Brasil, 2009. A c e s s í v e l e m <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001830/00183075por.pdf>

► PATRÍCIA DE CARVALHO SILVA MARTINS

ARTIGO

A VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL: DESENVOLVENDO CONCEITO



RESUMO

O reconhecimento da Assistência Social enquanto Política Pública de Estado compoem a Seguridade Social Brasileira, foi considerado um avanço por diversos estudiosos da temática, tendo em vista sua historicidade pautada no assistencialismo. A regulamentação enquanto Lei só aconteceu em 1993 com a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social. Em 2004 foi aprovada a Política Nacional de Assistência Social onde estabelece as diretrizes para efetivação da Assistência Social enquanto Política Pública de direito. O Sistema Único de Assistência Social foi efetivado em 2003, consolidando assim a LOAS e a PNAS/2004. A PNAS/2004 regulamenta as funções da Política Nacional de Assistência social, são elas a Proteção Social, a Defesa Social e a Vigilância Socioassistencial, objeto de estudo desse trabalho. Buscaremos entender como se dá a Vigilância Socioassistencial para a Assistência Social, tentando chegar a um conceito para a Vigilância Socioassistencial dentro da Política Nacional de Assistência Social.

PALAVRAS-CHAVES: Assistência Social, Conceito, Vigilância Socioassistencial.

INTRODUÇÃO

A Assistência Social no Brasil historicamente foi marcada pela filantropia e assistencialismo, só após a Constituição Federal de 1988 que veio a ser reconhecida enquanto Política Pública de Direito compoem o tripé da Seguridade Social juntamente a Saúde, Política de Direito Universal, e a Previdência, Política de Direito destinada aos contribuintes desta, os que estejam inseridos no mercado formal de trabalho. A Assistência Social veio a garantir os mínimos sociais para aqueles que necessitem de tal auxílio, principalmente os que não estivessem inseridos no mercado formal de trabalho e que não possui meios suficientes para sua sobrevivência de forma digna.

Apesar de ter sido inserida no contexto da Seguridade Social em 1988 a Assistência Social teve sua Lei regulamentada apenas em 1993, com a aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), o que ocasionou um retardo na efetividade da Assistência Social enquanto Política Pública de direito.

A Política Nacional de Assistência Social foi aprovada em 2004, após amplos debates em todas as regiões do país, segundo Aldaíza Sposati. Consolidou a “Proteção Social não contributiva”. “A proteção social significa avanço, é mais do que amparo, ela é fortalecedora, em vários sentidos, inclusive o da autonomia, que vai para bem além da ampliação da renda.” (SPOSATI – P. 10; 2011)

A efetivação do Sistema Único de Assistência Social foi uma deliberação da IV Conferência Nacional da Assistência Social, a comemorativa dos 10 Anos da “menina LOAS” e a mesma que aprovou a PNAS/2004, o SUAS veio a consolidar a LOAS e teve suas bases de implantação consolidadas em 2005 por meio da Norma

Operacional Básica/SUAS (NOB/SUAS).

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) possui três funções bases, a proteção social, a defesa social e institucional e a vigilância socioassistencial.

Esse artigo objetiva conceituar uma das funções da Política Nacional de Assistência Social - a Vigilância Socioassistencial, essencial para o conhecimento das demandas no território, visualização das incidências dos riscos sociais e vulnerabilidades sociais, auxiliando na construção de uma Política efetiva no estado da Paraíba.

Tentaremos conceituar esta, tão importante, função da Política Nacional de Assistência Social, buscando uma apropriação da definição da Vigilância Socioassistencial para a Assistência Social, tomando por base as normativas e orientações legais da Política Nacional de Assistência Social.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome nas orientações técnica da Vigilância Socioassistencial afirma que:

A vigilância Socioassistencial objetiva detectar e compreender as situações de precarização e de agravamento das vulnerabilidades que afetam os territórios e os cidadãos, prejudicando e pondo em risco sua sobrevivência, dignidade, autonomia e socialização. Deve buscar conhecer a realidade específica das famílias e as condições concretas do lugar onde elas vivem e, para isso, é fundamental conjugar a utilização de dados e informações estatísticas e a criação de formas de apropriação dos conhecimentos produzidos pelas equipes dos serviços socioassistenciais, que estabelecem a relação viva e cotidiana com os sujeitos nos territórios. (Orientações técnicas da Vigilância Socioassistencial – P.9)

O levantamento, análise e acompanhamento dos dados referente às famílias em situação de risco e vulnerabilidade social, possibilitam a construção de políticas públicas efetivas direcionadas a estas famílias, com vista à resolutividade das problemáticas que envolvem este público.

Comumente apenas o fator renda estar vinculado às situações de vulnerabilidade social e risco social, porém tal situação não deverá ser vinculada apenas ao fator renda, pois a vulnerabilidade social esta interligada a situações que possam levar as famílias e indivíduos à situação de exclusão social.

E aqui se dá a importância da Vigilância Socioassistencial para que a Política Nacional de Assistência Social se torne resolutiva, buscando dar subsídio para os trabalhos desenvolvidos pela rede socioassistencial, identificando a cobertura dos serviços, programas e projetos, auxiliando na elaboração de planos, diagnósticos e estudos da Política.

Uma das principais funções da Vigilância Socioassistencial é a produção de diagnósticos

socioassistenciais. O diagnóstico é uma análise interpretativa que possibilita a leitura de uma determinada realidade social. A partir desta leitura, o município conhecer melhor as necessidades e demandas dos cidadãos. O diagnóstico socioterritorial possibilita aos responsáveis e operadores da política de assistência social a apreenderem as particularidades do território sob o qual estão inseridos e detectarem as características e dimensões das situações de precarização que vulnerabilizam e trazem riscos e danos aos cidadãos, à sua autonomia, socialização e ao convívio familiar. O diagnóstico deve levantar além das carências, também as potencialidades do lugar, o que possibilita ações estratégicas para fomentar estas potencialidades. (Orientações técnicas da Vigilância Socioassistencial)

DESENVOLVIMENTO

O marco regulatório para a Assistência Social se deu com a equiparação desta com a Saúde e Previdência Social no tripé da Seguridade Social, consolidando a Assistência Social como Política Pública.

A Constituição Federal de 1988 define que a Assistência Social deve ser prestada a quem dela necessitar, independente de contribuição à Seguridade Social,

denominado como Modelo brasileiro de Proteção Social não contributiva. (SPOSATI, 2012)

A inclusão da Assistência Social no campo da Seguridade Social representou um avanço no campo dos direitos sociais e humanos, tendo como reflexo a regulamentação e implementação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), em 1993.

Segundo Sposati, o modelo de proteção social não contributivo por si só não altera o real, “[...] Ter um modelo brasileiro de proteção social não significa que ele já exista ou esteja pronto, mas que é uma construção que exige muito esforço de mudanças [...]” (SPOSATI, 2012)

A Proteção Social, em sua essência, deverá assegurar a preservação da dignidade humana a todo cidadão, garantindo acesso aos direitos sociais, independentemente da sua comprovação de renda e classe social. A Assistência Social deve se dar de maneira universal, ou seja, a caracterização da pobreza e “merecidos” da Assistência Social, por meio de critérios de renda, e impossibilidade de auto sustento, evidencia o público desta Política Pública como os necessitados sociais, a Assistência Social deverá ser prestada para quem dela necessitar, de acordo com o texto Constitucional, neste caso, não deveria ser necessário provar a sua incapacidade financeira de auto sustento e da família para garantir acesso aos Programas que compõe a Proteção Social no Brasil. (SPOSATI, 2012)

A Lei Orgânica da Assistência Social Nº 8.742 de 07 de Dezembro de 1993, foi considerada um marco regulatório da Assistência Social no Brasil, norteando de maneira universal a aplicabilidade desta. Após a promulgação do Sistema Único de Assistência Social,

com a aprovação da NOB/SUAS pelo Conselho Nacional de Assistência Social em 15 de Julho de 2005, tornou-se necessárias algumas adequações e ajustes na LOAS de 1993, sendo responsável por estas alterações a Lei Nº 12.435 de 06 de Julho de 2011.

A Assistência Social tem a Vigilância Socioassistencial como uma de suas funções, junto à proteção social e a defesa dos direitos sociais, esta deverá estar focada na identificação das incidências de riscos e vulnerabilidades sociais, analisando territorialmente a capacidade protetiva das famílias, de modo garantir a efetividade da Política de Assistência Social de maneira resolutiva e eficiente. Esta vinculada ao Sistema Único de Assistência Social e deverá prover informações para que a Política de Assistência Social se torne eficaz e efetiva e assim garanta a não violação dos direitos sociais.

A Vigilância Socioassistencial é responsável por identificar onde estão os demandantes da Proteção Social e quantos são, bem como, qual a capacidade da

rede da proteção social, equipamentos e serviços, em atender as necessidades postas pelos demandantes. (SILVA; RIZZOTTI, 2011) Deverá também ser capaz de aumentar a capacidade de proteção social e defesa dos direitos, reforçando assim o peso que a Vigilância Sociassistencial tem para a efetividade da Política Nacional de Assistência Social, reafirmando sua ligação direta com as proteções sociais.

A vigilância deverá compor a gestão das ações da assistência social e a gestão deverá afiança-la, assegurá-la e garanti-la, sendo, portanto, a vigilância uma área específica do SUAS, logo deverá ser executada dentro do âmbito do SUAS, de maneira descentralizada no âmbito federal, estadual e municipal. (Orientações técnicas da Vigilância Socioassistencial)

A NOB/SUAS reintegra a importância do trabalho articulado entre os serviços socioassistenciais e necessariamente os trabalhadores do SUAS e a Vigilância Socioassistencial, pois são eles os conhecedores dos territórios e das demandas da população.

Como retorno das informações passadas pelos serviços, a Vigilância Socioassistencial, deverá fornecer os dados necessários para que as equipes destes serviços socioassistenciais faça a avaliação das suas ações, auxiliando as equipes a visualizarem o perfil da população que demanda pelos serviços da assistência social e assim atender a demandas existentes da melhor maneira, proporcionando um planejamento das ações para as famílias que se encontrem em situação de risco e vulnerabilidade não ficando na dependência apenas das demandas que chegam até os serviços. (MDS, 2012)

Deverá, sobretudo, conhecer o cotidiano e a realidade das famílias e indivíduos, no território em que vivem, e não apenas os dados estatísticos e números, “A Vigilância Socioassistencial não consegue ser realizada como função da política pública, se não tiver conectada

com o mundo real da gestão e da prestação de serviços da política de assistência social.” (BRASIL – P. 18; 2013)

Segundo o MDS, a Vigilância Socioassistencial se organiza a partir de dois eixos fundantes a Vigilância dos riscos e vulnerabilidades, no que diz respeito aos que necessitam da Assistência Social, ou seja, famílias ou indivíduos que demandam de proteção social, as quais são possíveis obter informações referentes à incidência de violações e necessidade de proteção da população, e a vigilância dos padrões dos serviços, que está voltado para a distribuição dos serviços ofertados pela rede e suas características, bem como capacidade de atendimento as demandas do território.

A Vigilância Socioassistencial deverá também realizar monitoramento e avaliação sobre os serviços ofertados à população, analisando principalmente a qualidade desses serviços e adequação necessária quanto aos serviços que serão

ofertados e o volume da oferta, dará subsídio para o rumo das estratégias e correção dos problemas que por ventura surjam.

De fato, a importância da Vigilância Socioassistencial para com a efetividade da Política Nacional de Assistência Social não pode ser questionada, dessa forma, colocamos que a vigilância tem em sua base conceitual três conceitos chaves, sendo eles a vulnerabilidade social, o risco social e o território.

O conceito de vulnerabilidade social comumente esta vinculado ao fator renda, contudo, a vulnerabilidade social esta interligada a situações que poderá levar as famílias e indivíduos à situação de exclusão social, estando ligadas, as desigualdades sociais, pelo ciclo natural da vida e até mesmo pelo processo de produção e reprodução das desigualdades sociais. (SILVA; RIZZOTTI, 2011)

A situação de vulnerabilidade social se dá pela condição de fragilidade e da não capacidade de sobressair a uma determinada situação, a “falta de” (KOGA, 2009), situação esta de cunho cultural, psicológico, social, dentre outros. (AMARAL, 2014)

A vulnerabilidade social nesse caso será a não efetividade da proteção social, a não proteção social dos indivíduos e família, a não ocorrência de prevenção e a não correção e redução da vulnerabilidade social provoca a situação de risco social, ampliando a exclusão social e a perda de direitos. (KOGA, 2009)

O risco social se dá na ocorrência de violações de direitos, desemprego, enchentes, desabamento, ou seja, todos os fenômenos que pode vir a colocar indivíduos e famílias em situação de exclusão social, devendo ser previsto e resolvido, ou no mínimo, reduzido.

A prevenção do acontecimento do risco social deverá ser estabelecida pelo Estado sendo um direito do cidadão, que irá assegurar a segurança ao indivíduo,

indivíduo este posto dentro da sociedade, sendo assim, o risco não deverá ser considerado exclusivo de apenas um indivíduo, ele deverá estar inserido no contexto da sociedade.

A vulnerabilidade social e risco social acontecem dentro do território onde as famílias e indivíduos estão inseridos, por isso, a importância do conhecimento territorial para a efetividade das ações a fim de garantir a prevenção do risco e vulnerabilidade social.

É no território que estão inseridos a rede de serviços que irão atuar na identificação e prevenção da vulnerabilidade e risco social, é nele também que ocorre toda a produção das informações, fonte de trabalho da vigilância socioassistencial, e que servirá de subsídio para o planejamento e avaliação dos serviços.

O risco no sentido de conhecer a probabilidade e a iminência de um evento acontecer, a vulnerabilidade entendendo que um sujeito ou uma família em situação

de vulnerabilidade pode ser levado a exclusão social e o território local onde os riscos e as vulnerabilidades podem vir a acontecer.

Dessa forma, fazer vigilância socioassistencial significa necessariamente conhecer as vulnerabilidades sociais e risco sociais presentes no território e principalmente identificar se a rede de equipamentos socioassistencial esta atendendo as demandas postas pelas famílias e indivíduos presentes no território.

Os profissionais de Serviço Social ganham centralidade nas equipes de referência dos equipamentos da rede de assistência social. Este é um fato que faz emergir algumas exigências no mercado de trabalho para o Assistente Social que além de desenvolver trabalho na esfera da execução, a formulação de políticas públicas e a gestão de políticas sociais fazem parte das intervenções profissionais na contemporaneidade. (IAMAMOTO, 2007)

O novo perfil de Assistente Social demanda a informação como elemento fundamental de sua intervenção. Sendo assim, as informações trabalhadas pela Vigilância Socioassistencial é fruto do trabalho cotidiano de milhares de assistentes sociais e outros trabalhadores do SUAS.

Sabemos que a Vigilância Socioassistencial esta posta como função da Política Nacional de Assistência Social e através dela que são construídos os indicadores e as estratégias de ações das políticas públicas, os dados produzidos, a análise desde e a utilização desta informação possibilitam a qualificação da intervenção dos agentes públicos, alcançando os resultados esperados pela população que demanda pelos serviços socioassistenciais, a população em situação de vulnerabilidade.

Sendo assim, a Vigilância Socioassistencial é uma função da assistência social, que analisa a capacidade de

atendimentos as demandas dos equipamentos da assistência social, bem como é responsável por fazer o diagnóstico da realidade socioassistencial do município, enquanto território de atuação da assistência social. Acompanha o registro das informações da rede socioassistencial, realizando a sistematização e avaliação das informações prestadas, criando um banco de dados, onde dará condições ao gestor de visualizar as maiores incidências das situações de risco e vulnerabilidade, dando oportunidade ao gestor em traçar planos estratégicos para que a política se torne efetiva e eficaz, visando à melhoria das ofertas dos serviços. É responsável pela produção estatística das incidências das violações. Trabalha com intuito de dar suporte à equipe técnica da assistência social.

A Vigilância Socioassistencial é, ao mesmo tempo, processo e produto. Pensada ou executada tão somente como processo, como sistema tecnológico ou como um conjunto de procedimentos gera insumos racionais para a gestão. Sem dúvida há aqui ganhos no sentido de superar a leitura subjetiva, individual e pontual. Mas, ela precisa gerar resultados, que impliquem na garantia de proteção social e na defesa dos direitos. Portanto,

para além da constatação de situação encontrada ela permite estabelecer comparativamente o alcance de metas para uma política isonômica para toda a população brasileira. Nessa direção, a Vigilância Socioassistencial contribui para a construção da isonomia e a efetivação de direitos sociais. (MDS – P. 17; 2013)

Por fim, a vigilância socioassistencial é planejar, articular, monitorar, acompanhar e avaliar a política de assistência social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância desse artigo se efetiva por diversos fatores, mas principalmente, por identificar que, apesar de não ser dada a ênfase necessária para a efetividade da Política Nacional de Assistência Social, a conceituação da Vigilância Socioassistencial, dentro do contexto da Assistência Social, esta posto e vem a ser fundamental para a efetividade e resolutividade da Política de Assistência Social, quando a Vigilância Socioassistencial analisa a capacidade de atendimento as demandas dos equipamentos de assistência social, fazendo o diagnóstico do território, dando importância à gestão da informação, auxiliando no planejamento, articulação, monitoramento e acompanhamento da Política Nacional de Assistência Social.

Precisamos também lembrar que a Vigilância Socioassistencial não pode ser reduzida apenas aos instrumentos e fontes de informações, como o Censo SUAS, o RMA, o CadÚnico, dentre os vários outros mecanismo de informações que auxiliam na condensação das informações passadas pelos profissionais da rede de socioassistencial, a Vigilância Socioassistencial deve ser pensada para além de números e dados estatísticos, ela deverá, sobretudo, proporcionar uma Política Nacional de Assistência Social resolutiva.

Do ponto de vista de referenciais teóricos a produção de conhecimento sobre a Vigilância Socioassistencial espelha tal como a realidade dos serviços, uma grande escassez. Se por um lado, a Política Nacional de Assistência Social avançou no seu processo de institucionalização, construção de marcos regulatório, conferências, gestão da informação, dentre outros; por outro, demanda uma construção em termos do saber-fazer, até porque como toda política social é resultado de correlações de forças que disputam hegemonia, direcionamento da Assistência Social como política pública de direitos. Temos uma escassez de bases teóricas, o que possibilita e até provoca um leque de oportunidades para próximos debates e discussões sobre a temática.

Contudo, temos a percepção e observamos, que a Vigilância Socioassistencial é uma função da Política Nacional de Assistência Social de extrema importância, porém ainda esta muito aquém do idealizado e esperado, apesar da conceituação a cerca de tal função esteja bastante clara de acordo com as regulamentações do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Nayara Rezende. De que vigilância estamos falando? O “estado da arte” da Vigilância Socioassistencial na Política de Assistência Social de 2004 a 2014 no âmbito federal. Graduação em Serviço Social. Orientadora Ms. Priscilla Maia de Andrade. Brasília; UNB; 2014.

BRASIL, Constituição (1988). Constituição da República Federativa no Brasil. Brasília; Senado, 1998.

BRASIL, CapacitaSUAS Caderno 3. Vigilância Socioassistencial: Garantia do Caráter Público da Política de Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Centro de Estudos e Desenvolvimentos de Projetos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 1 ed. Brasília: MDS, 2013.

BRASIL, NOB-RH/SUAS (2012). Norma Operacional Básica de Recursos Humanos – Anotada e Comentada. Brasília; MDS, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.

BRASIL. Vigilância Socioassistencial. Secretaria Nacional de Assistência Social. Departamento de Gestão do SUAS. Coordenação geral dos Serviços de Vigilância Socioassistencial. Brasília. Acessível em https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=3&sqi=2&ved=0CDEQFjAC&url=http%3A%2F%2Fwww.mds.gov.br%2Fcnas%2Fconferencias-nacionais%2Fviii-conferencia-nacional%2Foficinas%2F07_luis-otavio.pdf%2Fdownload&ei=zEQtVdDND_P9sASD74DI Dg&usq=AFQjCNEsUPd7VNizzNPhAdXOEII0WJoU1g&bvm=bv.90790515,d.b2w&cad=rja

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete.

Política Social: fundamentos e história. 4ª Edição. São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca básica do Serviço Social vol. 2).

BOSCHETTI, Ivanete. A Indisiosa Corrosão do Sistema de Proteção Social brasileiro. In Revista Serviço Social e sociedade, n. 112, p. 754-803, São Paulo, out./dez. 2012.

BOSCHETTI, Ivanete. Seguridade social no Brasil: conquista e limites à sua efetivação. 2007. Acessível em http://portal.saude.pe.gov.br/sites/portal.saude.pe.gov.br/files/seguridade_social_no_brasil_conquistas_e_limites_a_sua_efetivacao_-_boschetti.pdf

CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 2011.

CIGNOLI, Alberto. Estado e Força de Trabalho: Introdução à Política Social no Brasil. São Paulo, Brasilienses, 1985.

COUTO, Berenice Rojas. O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível? 4ª Edição. São Paulo: Cortez, 2010.

COUTO, Berenice Rojas (org); YAZBEK, Maria Carmelita; SILVA, Maria Ozanira e Silva; RAICHELIS, Raquel. O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento. 3ª Ed ver. e atual. São Paulo: Cortez, 2012.

DESLANDES, Suely Ferreira. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade / Suely Ferreira Deslandes, Romeu Gomes; Maria Cecília de Souza Minayo (organizadora). 32. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo, Ed. 11, Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Estado, classes trabalhadoras e política social no Brasil. In: Política Social no Capitalismo: Tendências Contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008, p. 13-43.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo, Ed. 11, Cortez, 2007.

KOGA, Dirce; JUNIOR, José Constantino. Mapa da exclusão/inclusão social indicadores e discrepâncias. Topografia social da Paraíba. Paraíba, 2014.

KOGA, Dirce. O território para além das medidas e conceitos – A efetivação na Política de Assistência Social. In Cidades e Questões Sociais/organizado por Dirce Koga, Eliane Ganev, Eunice Fávero; Colaboração de Maria Carmelita Yazbek. São Paulo: Terracota, 2009. P. 41 – 51.

LOPES, Cintia Fonseca (org); CRUZ Erivânia Bernadino (org). Vade Mecum do Serviço Social. 5ª Ed.

Fortaleza: Premius, 2014.

_____; Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Capacita SUAS. Brasília. Acessível em <http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/assistencia-social/programa-nacional-de-capacitacao-do-sistema-unico-da-assistencia-social/capacitasuas>

_____; Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Norma Operacional Básica NOB – SUAS. Brasília, 2012. Acessível em <http://www.mds.gov.br>

_____; Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Orientações técnicas da Vigilância Socioassistencial. Brasília.

_____; Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Política Nacional de Assistência Social. Brasília, 2005. Acessível em <http://www.mds.gov.br>

PRESTES, M.L.M. A Pesquisa e a Construção do Conhecimento Científico: do planejamento aos textos, da escola à academia. 2ª ed. São Paulo: Rêspel, 2003.

SILVA, Thaís Gaspar Mendes da; RIZZOTTI, Maria Luiza Amaral. A Função da Vigilância Social na Política de Assistência social: Uma aproximação conceitual. Cascavel, 2011.

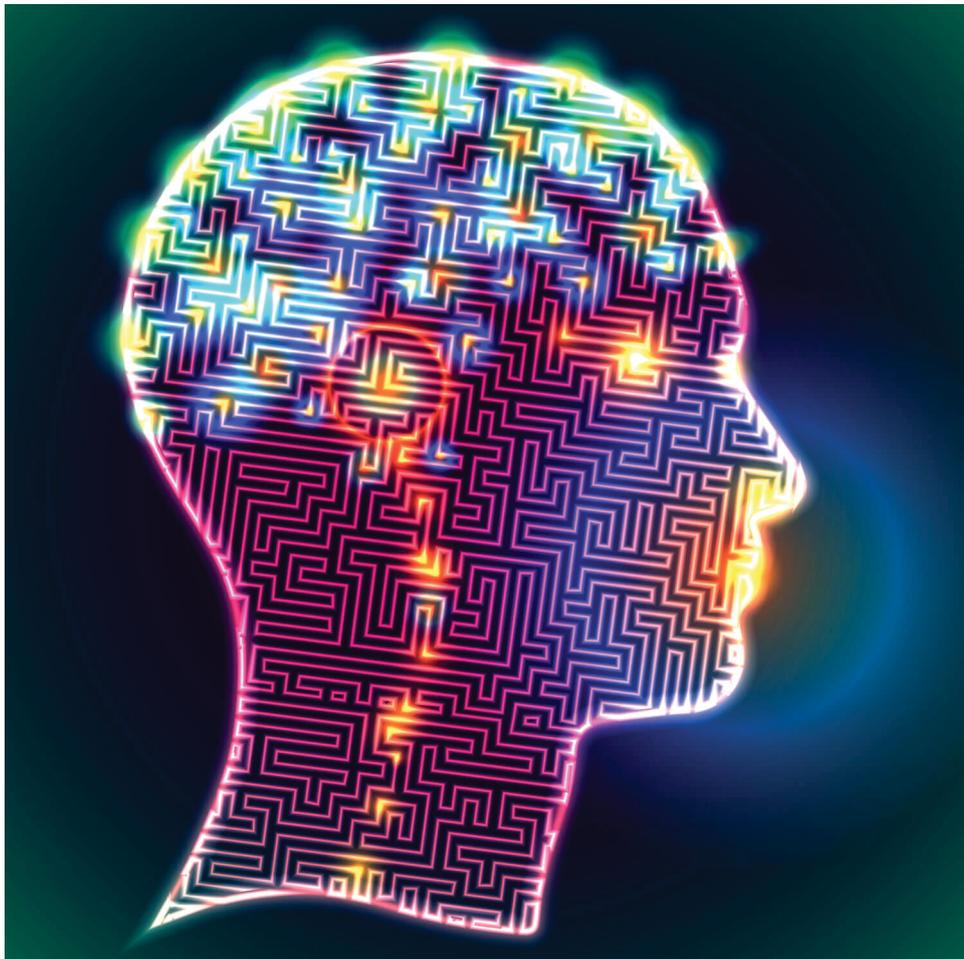
SPOSATI, Aldaíza. A menina LOAS: um processo de construção da assistência social. 6. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SPOSATI, Aldaíza. Modelo Brasileiro de Proteção Social Não Contributiva: concepções fundantes. In: UNESCO/MDS. Concepção e Gestão da Proteção Social Não Contributiva no Brasil, 2009. Acessível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001830/00183075por.pdf>

ARTIGO

▶ ANA RAFAELLA PEREIRA MELO

SENSO-PERCEPÇÃO E REFLEXÃO: UMA APROXIMAÇÃO ENTRE MERLEAU-PONTY E PLATÃO



RESUMO

O presente trabalho intenta fazer uma análise sobre alguns fragmentos e passagens de duas obras específicas de Platão e Maurice Merleau-Ponty, a saber, *Teeteto* e *O Visível e o Invisível*, para buscar a relação entre senso-percepção e reflexão na antiguidade e na contemporaneidade. Deparei-me com aproximações e separações importantes para a história da filosofia. Faremos aqui uma exposição dessa aproximação dos filósofos citados, tratando especificamente da percepção, com a finalidade de destacar em cada filósofo se há de fato a pura percepção destituída de atividade pensante e se a percepção é superada para que se chegue à reflexão. Para Platão, a pergunta em seus termos seria: há um momento em que é possível ocorrer a pura sensação, destituída de atividade psíquica? E qual seria sua relevância para o raciocínio feito pela alma para adquirir saber? Já para Merleau-Ponty, a pergunta melhor seria elaborada da seguinte forma: a Fé Perceptiva é um momento puro da percepção? E para que se chegue à reflexão, o pensamento deve superá-la ou aliar-se a ela de alguma forma? Não iremos nos delongar sobre as especificidades de termos e especulações que ambos os filósofos suscitam ao tratar de questões tão importantes para a epistemologia para que nossa análise seja pontual e precisa naquilo que nos propomos a discutir. É peculiar dessa apresentação breve, suscitar questionamentos e possíveis futuras pesquisas acerca do tema e da possibilidade de trazer um pensador antigo para as discussões contemporâneas.

PALAVRAS-CHAVE: Senso-percepção, conhecimento, reflexão, linguagem, homem.

Introdução

O pensamento antigo serve de base para especulações contemporâneas no que concerne à epistemologia e capacidades cognitivas do homem. Pretendo mostrar as origens, bem como as faltas, do pensamento antigo em Platão sobre uma possível tese sensista que se amplie posteriormente na busca de uma conciliação no que concerne a mente e ao corpo, a atividade de reflexão e a senso-percepção. No pensamento de Platão, é possível, a meu ver, colher bases estruturais para atividades cognitivas possíveis no humano e também verificar aberturas

a partir da qual o ateniense não desenvolveu o suficiente para caracterizar tal condição humana no mundo. A partir do pensamento do ateniense, é possível verificar a possibilidade de ampliação do entendimento sobre as capacidades cognitivas pertinentes ao homem, bem como as lacunas que nós, contemporâneos, podemos preencher com o auxílio de toda a história da filosofia e do conhecimento em geral.

A partir de uma leitura sobre *O Visível e o Invisível* de M. Merleau-Ponty, foi possível observar que este faz uma especulação minuciosa no que concerne à percepção, introduzindo a ideia de uma Fé Perceptiva que consiste num momento primordial e indispensável de adesão do homem ao mundo. Merleau-Ponty se encarrega de trazer a percepção para um plano do necessário tanto para estar no mundo e saber dele, como para engajar-se no pensamento, numa atividade reflexionante. Dado meus estudos atuais sobre o *Teeteto* de Platão, pude observar uma possível aproximação do pensamento de Merleau-Ponty, na medida em que pude questionar sobre ambos acerca da importância das sensações e percepções para a atividade de raciocínio na busca pela verdade. Decidi, portanto, fazer uma análise sobre alguns fragmentos e passagens dessas duas obras dos filósofos citados para buscar a relação superficialmente vislumbrada e me deparei com aproximações e separações importantes para a história da filosofia. Faremos aqui uma exposição dessa aproximação dos filósofos Platão e Merleau-Ponty nas obras *Teeteto* e *O visível e o invisível*, tratando especificamente da percepção, com a finalidade de destacar em cada filósofo se há, de fato, a pura percepção destituída de atividade pensante e se a percepção é superada para que se chegue à reflexão. Para Platão, a pergunta em seus termos seria: há um momento em que é possível ocorrer a pura sensação, destituída de atividade psíquica? E qual seria sua relevância para o raciocínio feito pela alma para adquirir

saber? Já para Merleau-Ponty, a pergunta melhor seria elaborada da seguinte forma: a Fé Perceptiva é um momento puro da percepção? E para que se chegue à reflexão, o pensamento deve superá-la ou aliar-se a ela de alguma forma? Não iremos nos delongar sobre as especificidades de termos e especulações que ambos os filósofos suscitam ao tratar de questões tão importantes para a epistemologia para que nossa análise seja pontual e precisa naquilo que nos propomos a discutir. É peculiar dessa apresentação breve suscitar questionamentos e possíveis futuras pesquisas acerca do tema e da possibilidade de trazer um pensador antigo para as discussões contemporâneas.

Teoria sensista e alma no *Teeteto*

Obedecendo a ordem cronológica da História da Filosofia, começemos essa análise pelo pensamento do ateniense.

Vemos a seguinte situação na primeira parte do *Teeteto*: há estado no sujeito; um Sócrates saudável, um Sócrates doente, que percebe o vinho ora doce, ora amargo. Mas o vinho, e qualquer outra coisa de mesma natureza, não estão em poder de apresentar nada conforme si mesmos. O homem dá significado às coisas que passam a compor seu universo particular, dotando o mundo externo de significados que concernem a ele enquanto sujeito da percepção que, de acordo com os sentidos, estão sempre mudando, um novo a cada instante, e perecem a partir do momento que o fluxo que os formam cessa. Eis que surge uma das objeções socráticas sobre a teoria do homem medida: quando não estão percebendo as coisas, o homem de nada sabe? Para eles nada conta a memória? Como haveria de ser composto seu universo de conhecimento se todo ele dependesse apenas da percepção imediata e nada mais? Há momentos em que o homem não está percebendo. Então, neste momento, ele nada sabe? Sempre mudando e nunca sendo, como

“possuir” conhecimento se nada é passível de posseção? Começa a surgir aí um indicativo de que não se pode saber nada sobre as percepções se dependermos unicamente delas. Alguma outra capacidade no homem deve começar a atuar para que pelo menos sejamos capazes de lembrar. É possível não significar nada para nós as percepções se nada for pensado sobre elas. Seriam estados primitivos de sensações que poderiam ser equiparados aos dos animais.

Mas seria possível dizer que, de acordo com o *Teeteto*, no homem há um momento em que essa percepção, essa sensação ocorre unicamente destituída de pensamento? Há a possibilidade de um momento puro do perceber onde apenas os sentidos funcionam? Quando o pensamento se inicia? Há um puro ver ou todo ver é potência do pensar? Platão analisa como seria a percepção se não fosse guiada pelo pensamento: recortes particulares, individuais e únicos na sensibilidade e na coisa. Platão também considera ser possível um momento em que há o puro ver sem que este tenha vínculo com a potência de pensar? A teoria sensista refutada enquanto possibilidade de conhecimento é ou não mantida em isolado sem atividade psíquica? Para alcançarmos tal resposta, se faz necessária uma análise acerca de como se dá esse movimento, essa transição entre aquilo que é apreendido pela percepção e a sua continuidade enquanto atividade psíquica para que então, compreendendo adequadamente sua estrutura, possamos definir se é passível de separação num sujeito, num ser humano.

Proponho que tenhamos em vista alguns aspectos desenvolvidos na Doutrina Secreta sobre uma possível teoria sensista, mas debruçemos nossa atenção sobre a segunda parte do diálogo após a refutação da segunda resposta do *Teeteto*, a partir da qual começam a aparecer elementos além da simples sensação. Teremos que retomar algumas vezes a própria teoria sensista a fim de que compreendamos melhor sua função na atividade cognitiva humana, até que cheguemos à noção de

pensamento que aparece em 185a. É evidente que entre o final da Doutrina Secreta até a menção clara acerca do pensamento sobre a sensibilidade aparecem pinceladas de uma atividade pensante no que concerne à capacidade do homem em julgar e tentar atribuir predicados às coisas que veem. Mas o esclarecimento de como ocorre essa elaboração mental sobre os dados da percepção se ordena entre os fragmentos 185a e 187a.

A Doutrina Secreta do *Teeteto* aparece para os pesquisadores como uma espécie de refinamento do pensamento de Protágoras, e quando não é considerada platônica, a teoria nela inserida representa os fundamentos da tese do homem medida, que também segue o modelo do fluxo heraclítico em que todas as coisas estão submetidas, e no duplo movimento, ativo e passivo, na qual cada coisa engendra para tornar-se qualidade. Partindo dessa compreensão, de um lado sai um sentido do agente e do outro, do paciente, uma qualidade predisposta, que irão se chocar e no meio, para um lado surge a sensação e para o outro lado surge qualidade. Da Doutrina Secreta resulta que esse par ocorre apenas uma única vez, tal como ocorre, pois tudo está sempre em movimento, não há *ousía* a ser descoberta nas coisas externas, cada percepção é singular e verdadeira, e nova para cada indivíduo diferente e também para cada momento para o mesmo indivíduo. Saindo a potência da percepção de um lado, e a potência da qualidade do outro, ocorre no meio, a colisão e em seguida, o olho de um lado enche-se de visão e a pedra do outro, se torna branca. A partir daí, ocorre então um retorno: ao ganharem um sentido, no caso a sensação ao se tornar algo para o sentinte que sentiu algo sobre aquilo, esses “sentidos” aparecem impressos nas coisas mesmas, percipiente e coisa ou objeto. É neles que tomam forma, após terem surgido na colisão, e expiram no momento seguinte, dado que tudo está sempre nos dois tipos de movimento, deslocação e alteração.

(...) então, no meio, de um lado a vista desloca-se dos olhos; do outro, a brancura, a partir do que se junta para produzir a cor; assim, por um lado, o olho fica cheio de visão e torna-se, não uma visão, mas um olho que vê; por outro lado, a cor que lhe corresponde enche-se de brancura e torna-se não brancura, mas branco, quer seja madeira, quer pedra, quer qualquer objeto tingido dessa cor. E é assim em relação a tudo o mais; a dureza, o calor e tudo o mais, devem ser encarados da mesma maneira, não havendo nada que exista em si, pois como dizíamos antes, também é pelo encontro de umas com as outras que todas as coisas de todas as espécies se formam, a partir do movimento.

Daí, concluímos um mundo sensível caótico: além de sobre tudo, nada poder ser dito, talvez nada realmente seja, nem em si mesmo, nem para alguém. Poderíamos excluir, assim como faz Sócrates, a possibilidade de linguagem, pois dizer que algo é não seria certo. Nada é, mas vai se tornando sempre, para cada percipiente, para cada coisa, nem o mundo nem o percipiente; são instáveis e tudo o mais que sobre eles for dito, no momento seguinte pode ser-lhe atribuído um predicado contrário. Toda tentativa de descrição possui dois *logoi*, um contrário ao outro, que pode ser um num momento e noutro, se tornar seu oposto. Um exemplo de como seria esse fluxo constante para um homem encontramos na descrição da percepção da personagem Funes descrito a seguir, retirado dos escritos de Eliane Christina de Souza:

O cachorro das 3:14, instantâneo, se dissolve. Tudo o que ele é é o cachorro das 3:14 e não será o mesmo cachorro às 3:15. Este, com relação ao primeiro, é o absolutamente outro. Dois cachorros absolutamente idênticos a si mesmos e absolutamente outros que o outro, mas nunca o mesmo cachorro em dois estados

diferentes, pois isto exige relativização da identidade, coisa que Funes, quem sabe um bom discípulo de Parmênides e de Protágoras, não pode conceber. Nenhuma coisa que Funes perceba do mundo possui o mínimo traço de uma relação com o outro que permita uma relação no pensamento. Percepções justapostas, lembranças justapostas, isoladas, incapazes de se cruzar – cada mundo é povoado por uma infinidade irracional, irreduzível.

Essa ilustração de um cachorro a cada instante descreve bem o que compreendemos se pusermos o mundo sensível nesses termos apresentados na Doutrina Secreta. Seria possível conceber, presente na cognoscibilidade humana, uma estado tal que permita um caos semelhante a esse descrito no universo de *Funes, o Memorioso*? O próprio Funes não podia arcar com a elaboração mental que produzisse conhecimento entre todos esses pontos imediatos de sua percepção, presentes em sua magnífica memória. É como se, se o ser humano tiver uma capacidade semelhante de pontuar diferencialmente cada percepção ao longo de sua existência, diferenciando-a conforme o caos do fluxo em que está inserido, não pudesse ter em si uma potência suficiente para concatenar essas pontuações distintas, sobre tantas coisas plurais que são, ora as mesmas para si, ora outras em relação às outras e também a si. A cognoscibilidade humana a que nós estamos habituados a compreender e exercer parece não dar conta de uma pluralidade semelhante. A potência que o homem carrega de pensar sobre a sensibilidade precisa negar essa pluralidade, faz um esforço para estabelecer um ponto fixo no fluxo. Mas seria esse esforço um movimento contrário à natureza da sensibilidade e seu objeto, dado que essa dimensão é como descrita por Platão na Doutrina Secreta? Será que Platão está

automaticamente negando esse caos fluxista quando também nega a possibilidade de conhecimento restrita às sensações e assim, insere o pensar sobre a sensibilidade? Qual é o papel da tese sensista para o conhecimento, pode ela ser uma teoria separada em que em um dado momento o homem exerce sem pensar ou é apenas uma descrição estrutural, destituída de efetividade no que concerne ao entendimento e experiência cognitiva humana?

Vejam agora a passagem onde aparece a alma como centro de sistematização dos dados percebidos:

-E em qual destes dois tipos colocas a entidade? Pois é esta o que mais aparece em tudo.

- Eu cá coloco-a naquele a que a alma chega por si própria.

- E também a semelhança e diferença, a identidade e a diversidade?

- Sim.

- E que mais? O belo e o feio, o bom e o mau?

- Também estas, parece-me que é sobretudo na relação de uma com as outras que a alma examina a entidade, calculando em si mesma (b) o passado e o presente, em comparação com o futuro.

Na medida em que a alma avalia aquilo que aparece em tudo, essa avaliação é aquela que ela faz por si mesma, e não a que ela faz por através dos sentidos. Parece que a alma obtém um determinado resultado na avaliação dos dados da sensibilidade tais como a dureza, a moleza, a brancura, etc, e obtém outro resultado quando avaliam aquela entidade que é comum a todas as coisas. Aquilo que a alma chega por si própria é chamado de entidade, pois são “a semelhança, a diferença, a identidade e a diversidade”, dentre outros. (O belo, o feio, o bom, o mau.)

Vejamos a seguinte sentença: “Então, a própria alma, recapitulando e comparando umas com as outras, tenta esclarecer-nos, acerca da entidade, que ambas são, que estão em oposição uma à outra, e ainda sobre a realidade da oposição.” (186b) Parece que o que Sócrates está dizendo é que para chegar à entidade, a alma faz cálculos acerca dos sensíveis que a coloca diante da existência de entidades comuns à todos. Essa entidade não se trata do resultado de uma avaliação ordinária que resulta numa sensação particular, mas pelo contrário, estabelece um vínculo, uma relação entre uma coisa analisada e outra também analisada. Os sensíveis particularmente analisados aparentemente mostram outra coisa que não a entidade comum a todas. Quais seriam, então, os resultados da percepção psíquica por através unicamente do olhar, do ouvir, do sentir? Um pouco antes, Sócrates diz “ Espera aí: ela (a alma) não aperceberá a dureza do que é duro através do tato e, da mesma maneira, a moleza do que é mole?” (186b) Daí, observamos que a alma, por meio do tato, verifica a dureza, a moleza como que um processo de atribuição de sentido a um ato da percepção vinculada a um objeto. É uma maneira particular em que a alma se apercebe daquilo que o tato lhe proporciona naquele momento. Podemos assim dizer que a maneira que a alma avalia a percepção pura é diferente daquela maneira que ela avalia a entidade comum a todas, e que somente essa última está “mais próxima” do conhecimento. Mas não seria essa primeira maneira, a de perceber apenas a dureza, já um ato de julgamento, dado que reconhece ser duro e depois pode reconhecer o que é, por outro lado, mole? Dizer (a si mesmo) “é mole” é atribuir um predicado, e por sua vez, um valor de verdade verificável empiricamente. Desde o princípio do diálogo já é mencionada a emissão de predicados tais como “isto é branco”, “isto é pesado”, mesmo para a tese do homem medida. No final da análise

da segunda resposta de Teeteto, isso parece ser negado na medida em que Sócrates propõe que os que acreditam no movimento de toda natureza, (os dois tipos de movimentos, a saber, deslocação e alteração) uma linguagem mais adequada, pois a linguagem usual que define algo como sendo “assim ou não assim” (183b) não parece ser compatível com o caos sensório apreendido por um homem imerso no movimento infinito. Estaria Sócrates presumindo que a cognoscibilidade humana não daria conta, tal como é, de um mundo caótico como acreditam ser os teóricos do fluxo?

A oposição mencionada em 186b também parece ser determinante se tiver ligação com a tese sensista da Doutrina Secreta, pois se as coisas possuem dois *logoi* como dizia Protágoras, a oposição a que se refere Sócrates seria aquela descrita quando o fluxo está sendo percebido e discursos opostos podem ser ditos sobre uma mesma coisa. Essa oposição também aparece entre os fragmentos 182e e 183a, a partir da qual surge uma descrição da maneira como isso ocorre quando estão as coisas sujeitas a todos os tipos de movimento. Neste caso, a alma estaria superando a sensibilidade pura e a linguagem a ela pertinente, trazendo para o homem a possibilidade de afirmar algo com definição. Poderíamos então, dizer que há, segundo Sócrates, uma percepção caótica, aquela da Doutrina Secreta, cuja linguagem usual não a suportaria, sendo necessário assim adequar-lhe um outro tipo de linguagem, não tendo aí atividade psíquica, dada a exclusão da linguagem possível? Pois na medida em que a alma começa sua atividade perceptiva, ela organiza o caos do movimento como que se desfazendo daquilo que é incognoscível, trazendo para a racionalidade do homem possibilidade lógicas de sentido para o mundo? Talvez Platão estivesse enfatizando que a alma é responsável por uma capacidade cognitiva que ninguém até sua época ainda tinha se apercebido, que é a de perceber as entidades, pois anterior a seu

pensamento, havia maneiras de julgamento, porém com base nos sentidos e sem exaltar uma outra potência que promovesse esse julgamento ou ainda que esse julgamento seria de tal ordem que colocasse o homem em um patamar diferente da sensação, tal é o conhecimento das entidades. Uma tal discussão sobre a existência de um momento no homem sem atividade psíquica ou aparece intrinsecamente enquanto impossível, dado que sempre há possibilidade de linguagem ou discurso acerca das sensações, ou existe um entendimento nessa época de uma elaboração discursiva destituída de cognição, dado que a alma não foi levada em consideração, e para Platão, somente a alma é que pensa e discurso não necessariamente está vinculado ao pensamento. Mas isso é apenas uma hipótese sem fundamentação teórica.

A alma coordena as sensações para que sobre ela seja possível dizer algo que é assim ou não assim. A análise presente no *Teeteto* se dá a partir desse momento de contato entre o homem e as coisas, já podendo tirar dessa experiência nomes e qualidades.

Devemos então, dizer que não há como separar, no *Teeteto*, sensação destituída de pensamento, pois se a alma também está presente na maneira de se aperceber da moleza do mole, sendo este um caminho outro que não a da apreensão da entidade, então não há outra maneira mais rudimentar de se aperceber. Mas, tendo em vistas a atual possibilidade de separar os momentos da pertinência do homem no mundo, podemos hoje, observar que essa teoria sensista elaborada no que Platão chamou de Doutrina Secreta já havia pontuado um momento tal que não fosse possível haver cognição. Dizer “é mole” é uma maneira de Platão confirmar uma sensação. Para ele, esse movimento se dá por através da alma, mas aos nossos olhos contemporâneos, existe a embrionária noção de que ele estava reconhecendo um momento primordial de

sensação do homem no mundo que, mesmo sem dizer “é mole”, já o sentia daquela maneira.

2- Fé Perceptiva e reflexão no *Visível e o Invisível*

Passemos agora à análise da noção de Fé Perceptiva em Merleau-Ponty, a fim de que possamos ampliar nosso entendimento sobre esse momento puro da percepção. A Fé Perceptiva se apresenta como um momento de aderência do homem ao mundo, de maneira que este o aceita sem julgamento, sem necessidade de elaboração psíquica nenhuma. Esse momento de aderência no mundo é natural e inevitável para qualquer ser vivente. Várias são as questões que podem ser elaboradas acerca desse breve enunciado a respeito da Fé Perceptiva, mas a análise a que nos iremos ater se desenvolverá tendo em vistas principalmente a pergunta que também fizemos a Platão: é possível um momento de percepção plenamente destituído de atividade psíquica? Ou é a Fé Perceptiva também, já de certa maneira, um movimento da mente em direção ao mundo, mesmo sendo este momento um momento de adesão muda? Há ou não há o momento da pura percepção?

O conceito de Fé Perceptiva se esclarece não em um capítulo ou momento da obra, mas no decorrer da obra toda. Faremos aqui uma pequena apresentação de seus entornos, colocando o tema em relação com a primeira atividade reflexiva considerada por Merleau-Ponty até o ponto em que essa chega a ser chamada de Reflexão Filosófica.

“Vemos as coisas mesmas, o mundo é aquilo que vemos (...)”, primeira frase da obra *O Visível e o Invisível* que resume com distinção o que entenderemos mais amplamente como sendo esse fé cega sobre o mundo. O que está mais aparentado nessa frase é o fato de que quando vemos, vemos as coisas tal como elas são e nada há para além disso que delas vemos. Não há, para esse momento de adesão ao mundo, nenhum

questionamento que coloque aquilo que vemos do mundo em dúvida. Se existe algo, tudo o que existe está ao meu alcance e eu apenas preciso “ver”. Merleau-Ponty ainda descreve essa adesão ao mundo como uma relação bilateral dependente. É uma relação entre o corpo e as coisas que permite que, ora elas permaneçam apenas enquanto aparências, ora sejam apreendidas em sua plenitude, isso não depende apenas do corpo, mas da relação estabelecida entre ele e o próprio mundo, de maneira que o poder de ter acesso ao mundo e o de “entrincheirar-se com os fantasmas” não existisse um sem o outro. Essa certeza de estar no mundo e de ter acesso às coisas é anterior ao pensamento. “É segundo o sentido e a estrutura intrínsecos que o mundo sensível é “mais antigo” que o universo do pensamento, porque o primeiro é visível e relativamente contínuo e o segundo, invisível e lacunar.” Por que seria o pensamento da ordem do lacunar? Quais são as lacunas que entornam a dimensão do pensamento?

Podemos citar mais uma vez, Merleau-Ponty a fim de responder esse questionamento:

Quando se trata do visível, uma massa de fatos vem apoiá-lo: além das divergências dos testemunhos, é frequentemente fácil restabelecer a unidade e a concordância do mundo. Ao contrário, tão logo se ultrapassa o círculo das opiniões *instituídas* (...) desde que se tem acesso ao verdadeiro, isto é, ao invisível, parece, sobretudo, que cada homem habita a sua pequena ilha, sem transição de uma a outra, sendo mesmo para admirar que concordem algumas vezes sobre uma coisa qualquer.

Talvez seja lacunar exatamente devido ao contraste com a falta de continuidade que apresenta a própria natureza daquilo que é invisível, pois não se pode constatar com evidência um mundo contínuo que se mostra sempre que se

está nele. O pensamento pode captar de diversas maneiras a “verdade” sobre algo e ainda ser uma ilha pequena individual, sem transição de uma a outra.

Parece que acima de qualquer coisa, a Fé Perceptiva é determinada pela condição de ter uma crença inabalável de que aquilo que vemos o é absolutamente; que o que vemos são as próprias coisas; acreditar de maneira mais firme que a nossa visão vai às próprias coisas. Um exemplo nítido disso é o fato de alguém fechar os olhos, logrando livrar-se do perigo, dado que crê poder dele livrar-se na medida em que este não fará mais parte de sua atividade perceptiva que, naquele momento de fé cega e muda, é tudo o mais que existe. Merleau-Ponty dirige sua obra de maneira que cada vez mais torna-se claro que o pensamento é um movimento posterior a esse momento de fé muda e cega, que se perfaz na medida mesmo em que essa fé se desfaz enquanto encontra dúvidas sobre aquilo que ela promove. Questionar o mundo, questionar a si, questionar a capacidade de ver já não está mais dentro na condição da Fé Perceptiva. Pois essa, “(...) experiência está aquém da afirmação e da negação, aquém do juízo – opiniões críticas, operações ulteriores – é mais velha que qualquer opinião, é a experiência de habitar o mundo por meio de nosso corpo(...)”. Mas não é um momento de entrega do corpo no mundo irrepitível ou primordial, mas ela é e está presente durante toda a vida do homem, na medida em que este é no mundo. É irrelevante para o momento de Fé Perceptiva a condição de saber sobre o mundo, pois a verdade já aparece como dada. É tão irrelevante e incoerente com o seu próprio modo de ser, sua adesão simples e natural ao mundo. Não é que a verdade seja aquela, a verdade do conhecimento, mas é que o conhecer, esse processo que é necessariamente decorrente da reflexão, não cabe ali. Não existe lugar para uma verdade refletida. Não existe lugar para questionar

veracidades. Poder-se-ia, então, a partir daí, dizer que há uma dicotomia ligada à natureza da Fé Perceptiva, a saber, que ela é verdade juntamente com ocultação. É uma abertura que não exclui uma possível ocultação.

Merleau-Ponty, ao inserir o pensamento na discussão, o faz de maneira que não exclui a Fé Perceptiva e a necessidade de estar em contato com o mundo para que a própria atividade reflexiva ocorra. É importante ressaltar que quando começa o movimento de reflexão realizado pelo homem, este não é uma superação nem muito menos uma negação daquilo que é proveniente deste momento de Fé Perceptiva. É num movimento contínuo que ocorre a “passagem” do estado de Fé Perceptiva para a reflexão, tendo como intermediária a imaginação como camada fina entre o pensado e o impensado. Mesmo alcançando o patamar da reflexão filosófica que, refletindo sobre a Fé Perceptiva, desfaz sua discordância, mesmo sendo o pensamento capaz de sobrevoar tanto as coisas quanto o próprio corpo, esse mesmo pensamento deve ser considerado que só o é devido à comunhão do corpo com o mundo, devido ao comércio entre percepção e mundo e que dá sentido a própria condição de ver e a visão. A atividade reflexiva se utiliza de pressupostos que se faz necessário examinar, mas que em sua natureza são contrários à inspiração reflexiva.

Ela (a filosofia reflexionante) acredita encontrar a clareza pela análise, isto é, se não nos elementos mais simples, ao menos nas condições mais fundamentais, implicadas no produto bruto, em premissas de onde ele resulta como consequência, numa *fonte de sentido* de onde deriva.

Vê-se a união da atividade reflexionante e sua inseparabilidade enquanto sendo fundamentada na própria Fé Perceptiva que condiciona o pensamento. O produto bruto que faz

com que a Fé Perceptiva seja ela mesma enquanto tal é também o pressuposto sobre a qual se debruça o pensamento em sua atividade de reflexão.

O pensamento, portanto, não pode se separar dos dados da percepção. Mas a percepção pode ocorrer separada do pensamento, ao que parece. Ao pensarmos sobre a Fé Perceptiva, esse momento de adesão ao mundo e de crença cega em sua verdade, ele é marcado especialmente pelo fato de não ter sido gerado e nem gerar nenhum pensamento, nenhum predicado, nenhum julgamento, em geral, nenhuma atividade de ordem mental. É a característica mais fundante da Fé Perceptiva. É esse momento surdo e cego de encontro do mundo com uma pessoa, que sobre ele nada diz, nada pensa, mas simplesmente é nele.

Conclusão

Platão já considera a percepção a partir de um momento em que já é possível dar a ela significados como duro, mole, frio, quente, pois já o admite previamente como possibilidade de ser essa, uma fonte de conhecimento. Platão, na Doutrina Secreta elabora uma descrição estrutural de como surge percepção e percebido, dotando tudo de movimentos, de todos os lados e formas. O homem tem a potência de perceber antes de entrar em contato, de entrar no alcance de alguma coisa a ser percebida. A coisa percebida tem a potência de ser percebida antes de entrar no alcance de um dos sentidos do homem. Mas, na medida em que abre os olhos ou desperta seus sentidos para o mundo, a percepção sobre as coisas começa, e parece já começar pontuando as sensações sobre as coisas. Esse momento primordial sobre a qual fala Merleau-Ponty estaria nesse momento de abertura dos sentidos para o mundo, antes de o homem começar a fazer pontuações. É um momento ainda não descoberto, percebido,

debatido no pensamento antigo. Observemos os pontos propostos para discussão nesse trabalho.

Para Platão, existe a separação da sensação pura na Doutrina Secreta, mas não parece que há a aceitação desse momento no que concerne à segunda parte do diálogo, de onde procede a ocorrência da alma na análise sobre os sentidos. A maneira como Platão põe a possibilidade da percepção enquanto pura maneira de conhecer o mundo gera conflitos mostrados no diálogo como requerendo uma linguagem em especial para tratar do caos que daí se gera e, por conseguinte, uma desordem inconsistente com qualquer possibilidade de ser e de conhecer. O universo de Funes, o memorioso descreve bem o que parece ser o momento da percepção pura do homem no mundo. Platão sugere, pois, que haja sempre a alma que ordena o que supostamente esse caos fluxista geraria no homem, parecendo ainda que desde o movimento mais fundamental do homem em direção às coisas, a alma já está presente. Aqui é a diferença central entre Platão e sua tese sensista e a Fé Perceptiva de Merleau-Ponty. Para Merleau-Ponty, isso é possível no que diz respeito a um puro momento do perceber, a Fé Perceptiva, pois ele não leva em consideração a linguagem, como era costumeiro no pensamento antigo. Platão considera problemático até mesmo ser nesse momento único de percepção, pois já admite linguagem, e dizer que algo é num fluxo interminável e numa possibilidade ampla de individualidades perceptivas é contraditório para tal. Platão entendeu esse momento como impossível, mas faltou-lhe elementos para aprofundar esse momento como vazio de psiquismo.

Podemos dizer também que há duas tentativas opostas, a de Platão é exatamente colocar na sensação atividade psíquica, e a de Merleau-Ponty é a de mostrar que, embora o pensamento se delineie acerca da percepção, há um momento em que ela ocorre puramente e esse

momento é insuperável e sempre presente no homem. A discussão sobre a sensibilidade no *Teeteto* mostra que as teorias a partir da qual diziam estar nas sensações o conhecimento estão mal elaboradas, dado que consideram o fluxo como fundamento dessas coisas. É como se, se o homem depender apenas de suas sensações para perceber o mundo, nada encontrará de fixo, de ser e sobre nada poderá edificar uma noção, um conhecimento. Mas as sensações são ordenadas pela alma. Quando apartadas pelo movimento psíquico, as sensações deixam de ser caóticas e começam a adquirir sentido. O caráter ordenador das sensações é a alma, para Platão. Já para Merleau-Ponty, a percepção, embora destituída do movimento reflexivo que doa sentido às coisas, percebe de forma ordenada, na medida em que esta se mostra como uma fé cega de estar no mundo e dele existir tal qual se nos apresenta.

Porém, parece que ambos os pensadores consideram que a verdade está nas coisas que encontramos no mundo, sendo ela alcançada também com a atividade psíquica de ordenação e dialética sobre os dados provenientes da senso-percepção. Isso se mostra claro em Platão no *Teeteto* 186d, quando “ (...)o saber não está nas sensações, mas no raciocínio sobre elas (...)”. E em Merleau-Ponty quando “ O filósofo, portanto, apenas suspende a visão bruta para transpô-la para a ordem do expresso, ela permanece seu modelo ou sua medida, é sobre ela que deve abrir-se a rede de significações que ela organiza para reconquistá-la.” Embora não caótica, as coisas percebidas na Fé Perceptiva não possuem sentido explícito, dito, descoberto e raciocinado. Isso, na medida em que ocorre, já deixa de ser pura percepção para engendrar na atividade reflexionante executada pelo pensamento.

Referências Bibliográficas

PLATÃO. *Teeteto*. Fundação Calouste

Gulbenkian, 3ª edição, Lisboa, 2010.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *O Visível e o Invisível*, Perspectiva, São Paulo, 2007.

SOUZA, Eliane Christina de. *Protágoras: do indivíduo ao sujeito*. *Hypnos*, São Paulo, número 24, 1º semestre 2010, p. 93-109.

ARTIGO

▶ LEONARDO PEREIRA E SILVA

▶ ANDREA PEREIRA SIMÕES PELOGI

UTILIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRAFIA NA ANÁLISE DA ESPACIALIZAÇÃO DOS CASOS DE DENGUE



Resumo

Este trabalho trata-se de uma revisão sistemática que buscou evidenciar e discutir as principais vantagens de usar (SIG) na espacialização de casos de dengue tendo contribuições a partir de publicações científicas indexadas em bases de dados: Pubmed, Scielo, Scopus e Elseve. Foram adotadas algumas etapas indicadas para a construção dessa revisão com seguintes descritores: Dengue, Sistema de Informações Geográfica e Análise Espacial, segundo os seguintes critérios de inclusão: Ter sido publicado entre 2009 e 2016, onde foram utilizados 10 artigos, os quais 20% dos artigos são internacionais e tratam da dengue em outros países, e 80% dos artigos são nacionais. Com esse estudo foi possível observar que a utilização dessas ferramentas são de grande valia para a análise da epidemiologia e sua espacialização, assim tornando fácil a compreensão das relações entre os fenômenos que se torna um instrumento de vigilância epidemiológica.

Descritores: Dengue, Sistema de Informações Geografia (SIG), Analise Espacial

Introdução

A dengue tem sido a doença mais noticiada nos meios de comunicação nos últimos anos e nenhum inseto foi tão discutido como o *Aedes aegypti* que é popularmente conhecido como mosquito-da-dengue.

No Brasil a dengue, juntamente com as demais doenças ligadas ao mosquito *Aedes aegypti* estão presente em todos os Estados brasileiros onde mosquito que é o vetor da transmissão. Os índices de transmissão dos casos de dengue no Brasil apresentaram comportamento periódico que variam conforme os anos com incidências mais altas e incidências mais baixas⁽¹⁰⁾.

Assim, o uso de Sistemas de Informações Geográfica (SIG) se torna uma ferramenta de

fundamental importância para análises da distribuição espacial de endemias, isto é, a abordagem espacial através de programas computacionais especializados como diferentes tipos de algoritmos permitindo a integração de dados demográficos, econômicos e de fenômenos naturais promovendo o inter-relacionamento das informações de diversos bancos de dados⁽¹¹⁾.

Segundo Silva⁽¹⁰⁾ o uso das geotecnologias se tornou um instrumento na gestão e no monitoramento de epidemias ajudando em medidas que possibilite uma avaliação contínua gerando ações de controle empregadas e fornecendo informações atualizadas da real situação epidemiológica no espaço geográfico. O presente estudo objetivou a análise e discussão das principais características e vantagem do uso das geotecnologias aplicado a casos de epidemias de dengue e sua distribuição espacial.

Método

Esse estudo trata-se de uma abordagem qualitativa que visa à identificação de produções sobre a utilização de Sistema de Informações Geográfica na análise da espacialização dos casos de dengue. Este estudo foi estruturado como uma revisão sistemática da literatura, sendo selecionados os artigos publicados no período de 2009 a 2016. A estratégia de identificação e seleção dos artigos para o estudo foi à busca de publicações indexadas nas seguintes bases de dados: Pubmed, Scielo, Scopus e Elseve. Foram adotadas algumas etapas indicadas para a constituição dessa revisão para a procura do tema através dos seguintes descritores: Dengue, Sistema de Informações Geográfica e Análise Espacial.

Depois de realizadas as buscas com a combinação dos descritores os resumos dos artigos retornados foram lidos e analisados, segundo os seguintes critérios de inclusão: Ter sido publicado entre o 2009 e 2016, ou seja, nos últimos 7 anos,

sendo o próximo critério utilizar a técnica de análise espacial e/ou a geoestatística.

Como método de tratamento na espacialização dos casos foi de fundamental importância que os artigos tratassem da distribuição dos casos de dengue em localidades mais distintas possíveis para demonstrar o comportamento em cada localidade e como foi utilizado a ferramenta do SIG, foi essencial a inclusão de artigos em inglês e português levando em conta que os textos fossem na íntegra. Os critérios de exclusão considerados foram: Excluir artigos que não apresentasse a versão completa para a leitura e texto que não tratasse de casos de dengue e a espacialização, pois foram encontrados alguns artigos que tratavam da questão da vacinação e assistência a dengue.

Resultados

Do total de 10 artigos selecionados para esse estudo, 20% dos artigos foram publicados em periódicos internacionais e escritos em línguas estrangeiras os quais tratam da dengue em outros países a exemplo da Argentina e da Ásia e América do Norte, e 80% dos artigos foram publicados em periódicos nacionais e todos eles tratam da dengue no território do Brasil nas regiões sudeste, norte e nordeste do Brasil. O assunto que os artigos tratam segue a temática relacionada aos casos de dengue e sua distribuição espacial dos casos das doenças ligadas ao vetor transmissor. Quanto à metodologia utilizada pelos autores, são utilizadas as ferramentas computacionais, como os Sistema de Informações Geográfica e/ou banco de dados georreferenciados.

Os artigos também exploram o geoprocessamento e/ou a análise geoestatística a fim de analisar a dinâmica temporal utilizando diversos tipos de softwares SIG como o Arcgis, Terra View, Quantum GIS, SURFER. Essas ferramentas serviram para mostrar a distribuição de casos do *Aedes aegypti* ou *Aedes albopictus* e suas associações com a

população ou como clima (temperatura, pluviometria) das regiões estudadas.

Sobre os resultados teve artigo que mostrou que a incidência de dengue ocorre predominantemente em áreas urbanas das cidades, outros como se deu o programa de vigilância epidemiológica na determinação de estratégias de controle da dengue, outros tratam de questionamentos com os principais fatores para a proliferação do vetor da doença que ainda continuam acontecendo em ritmo acelerado associado ao adensamento populacional e a urbanização além dos fatores naturais. Outros testam as técnicas que serviram para analisar a distribuição dos casos. A publicação dos artigos compreendidos entre 2009 e 2016 como uma janela de publicação de seis anos nos mostra que o tema é atual com relevância científica trazendo contribuições para estudos sobre a distribuição das epidemias evidenciadas. Tabela 1

Tabela 1 – Artigos localizados nas bases de dados Pubmed, Scielo, Scopus e Elseve (2009-2016), sobre as distribuições espaciais dos casos da dengue.

Título do Artigo/Referência	Objetivo	Resultados
Análise espacial da ocorrência de dengue e condições de vida na cidade de Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro, Brasil	Com o objetivo de identificar áreas de maior concentração de casos no município, utilizou-se como parâmetros para gerar o mapa de kernel grade de 100 colunas sobre os eventos, com algoritmo de função quártica e raio adaptativo	Um mapa com destaque para os bairros que mantiveram maiores incidências de dengue entre 1996 e 2004. E também Incidência acumulada de dengue 1996 a 2004, utilizando o kernel com 3 classes, e faz uma relação com um mapa de Indicador composto de condições de vida.
Análise geoespacial: um estudo sobre a dengue	Descrever/analisar o espaço geográfico dos coeficientes de incidência de dengue segundo área urbana da Região Norte do município de Palmas/TO, Brasil.	Mostra como resultado Mapas de disposição de focos de <i>Aedes aegypti</i> , e a probabilidade de ocorrência para o ano de 2010 utilizando o índice de infestação predial para 2010 usando krigagem e os mapas em forma de overlay com as probabilidades de ocorrência dos dois eventos simultaneamente.
Análise espacial da dengue e o contexto socioeconômico no município do Rio de Janeiro, RJ	Analisar a epidemia de dengue em relação ao contexto socioeconômico segundo áreas geográficas.	Mostra que os bairros da zona oeste do município apresentaram elevadas taxas de incidência média de dengue apresentaram correlação significativa as variáveis: percentual de domicílios ligados à rede sanitária geral, domicílios com lavadora de roupas e densidade populacional por área urbana.
Análise sobre a distribuição espacial e temporal da dengue e infestação larvária no município de Tupã, Estado de São Paulo.	Objetivou analisar a relação entre a distribuição espaço-temporal de casos de dengue e os indicadores larvários no município de Tupã, de janeiro de 2004 a dezembro de 2007	Mostra a distribuição espacial dos casos de dengue no município de Tupã nos anos de 2006 e 2007. E também um mapa de Kernel para larvas no município de Tupã, uso de técnicas de análise espacial possibilitou a visualização de áreas de aglomerados de recipientes com larvas.
Recente e projetada futura adequação climática da América do Norte para o mosquito tigre asiático <i>Aedes albopictus</i> .	Realizar uma projeção futura sobre a incidência do <i>Aedes albopictus</i> num possível e possível expansão para América do norte	Mostra a variação climática e a relação com a distribuição dos <i>Ae. Albopictus</i> em forma de mapa (1981-2010) e faz uma projeção climática para (2011-2040 e 2041-2070) e a distribuição dos <i>Ae. Albopictus</i> em uma projeção utilizando modelos climáticos.
Análise espacial de dados de contagem com excesso de zeros aplicado ao estudo da incidência de dengue em Campinas, São Paulo, Brasil.	Analisar como exemplo empírico a distribuição espacial dos casos e a relação entre incidência da doença e condições socioambientais, no ano de 2007, no Município de Campinas, Estado de São Paulo.	Os resultados são a comparação do desempenho do modelo padrão de Poisson em relação aos modelos BN, ZIP e ZINB, nos diferentes cenários e com foi distribuição do risco de dengue, assim mostrou diversos mapas com os casos da dengue através de razão de incidência padronizada SIR; Estimativas do risco.
Dinâmica temporal e padrões espaciais de <i>Aedes aegypti</i> locais de reprodução, no âmbito de um Programa de Controle da Dengue em Tartagal (Província de Salta, Argentina).	Analisar a dinâmica temporal de <i>Aedes aegypti</i> em Tartagal (Província de Salta, Argentina).	Traz como resultado um mapa de cobertura da terra da cidade de Tartagal, a partir de uma classificação por imagem de satélite e mapas com a distribuições e a sua relação com a temperatura e a distribuição da densidade Anual dos caso (verão-outono) e os Principais agregados espaço-temporais para diferentes anos.
Modelagem geoestatística dos casos de dengue e da variação Termopluviométrica em João Pessoa, Brasil	Investigar os fatores climáticos associados aos de casos de dengue na cidade de João Pessoa, Paraíba, no período de 2007 a 2011.	Apresenta a variabilidade anual da precipitação pluvial média em João Pessoa, mostra uma relação entre os casos de dengue e a precipitação mensal, e também mapa com as Distribuição espacial dos casos de dengue em João Pessoa e estimativa de Kernel com as áreas sujeitas a uma maior ocorrência de riscos de casos de dengue no município.
Padrão espacial da distribuição da incidência de dengue e sua relação com a variável renda na Cidade de Manaus, Estado do Amazonas, Brasil.	Descrever a distribuição das taxas de incidência de dengue e da variável socioeconômica (rendimento per capita), contemplando os bairros da área urbana da Cidade de Manaus, Estado do Amazonas, durante o período de 2000 a 2010.	As maiores incidências concentraram-se na zona centro-oeste da Cidade No ano de 2000 a 2010, segundo as segundo as taxas de incidência por 100 mil habitantes e utilizando o estimador bayesiano empírico local e mostra a espacialização da Média de rendimento per capita dos bairros de Manaus dos anos 2000 e 2010
Distribuição espacial da dengue no município de Mossoró, Rio Grande do Norte, utilizando o Sistema de Informação Geográfica.	Avaliar a distribuição espacial da doença na zona urbana do município de Mossoró, Rio Grande do Norte.	Os resultados mostrados são dados referentes a 2001 e 2007, foram confirmados aproximadamente 1.212 casos novos de dengue em residentes do município, e ainda mostra a densidade dos casos de dengue em Mossoró, entre 2001 – 2007, e segundo o autores esse mapa é instrumento de vigilância epidemiológica.

Discussão

Em algumas pesquisas aplicadas no tema estudado foi possível observar uma maior afinidade quando se trata de espacialização do uso de taxas de incidência em que se torna uma maneira mais comum de medir e comparar a frequência das doenças em populações associando com estimadores do tipo Bayesiano empírico como mostra a Figura 1.

Alguns artigos trazem estimadores de intensidade como o de *Kernel*, pois com esse tipo é possível analisar o comportamento de pontos, que nos trabalhos aqui apresentados são casos de dengue ou focos encontrados e assim sendo possível estimar a intensidade pontual do processo em toda a região de estudo revelando que há pelo menos três áreas que mais se destacam. Figura 2. Em alguns artigos é possível encontrar o uso de modelos de nicho ecológico para gerar mapas preditivos que mostraram que as maiores áreas com probabilidades da presença do vetor estão associadas a três setores da cidade com localização ao sul, uma ao noroeste e uma ao leste. Figura 3.

Com o *overlay* mostrado na Figura 4 gerado a partir dos dados de casos de dengue, infestação predial e malha urbana, foi possível produzir o mapa com a combinação da ocorrência da dengue e infestação. Com isso foi possível observar que há interação entre quadras com alta incidência de dengue e alto risco de infestação predial.

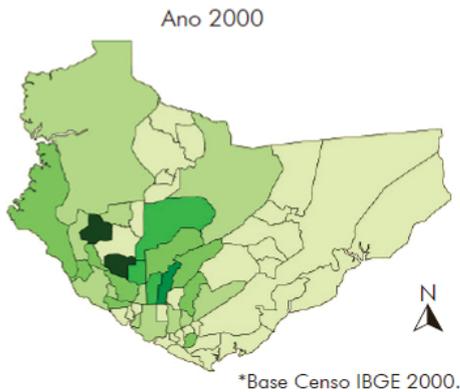


Figura 1 - Distribuição das taxas de incidência de dengue por bairros de Manaus, com estimador *Bayesiano* empírico. (Fonte: Araujo et al., 2014).

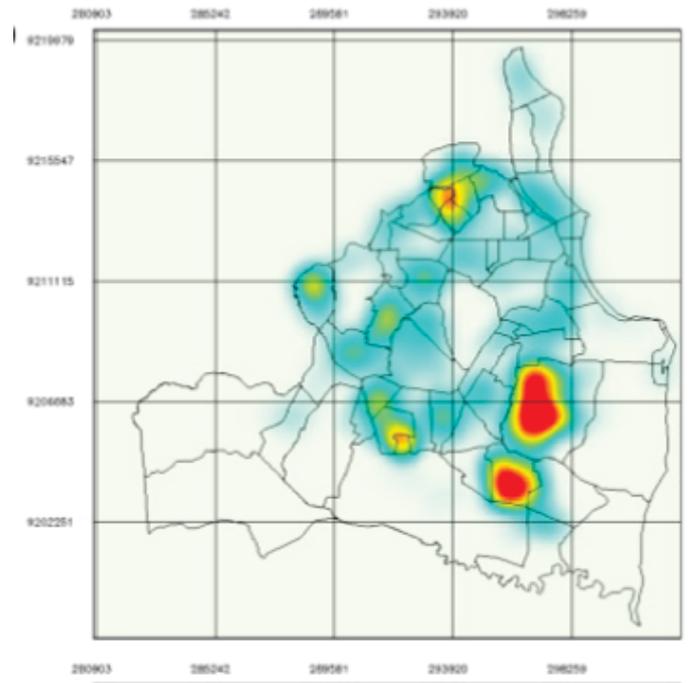


Figura 2 - Estimativa de *Kernel* da distribuição dos casos de dengue em João Pessoa em 2007. (Fonte: Silva et al., 2015).

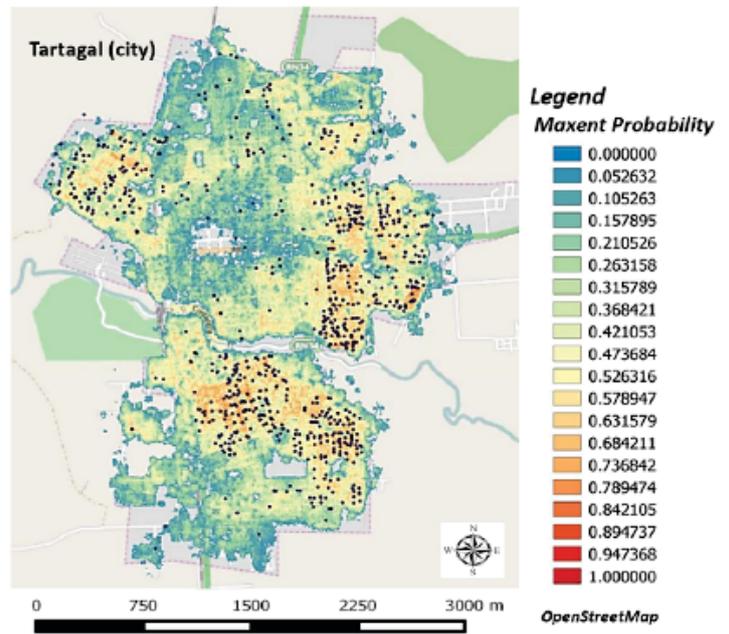


Figura 3 - Probabilidade de ocorrências de reprodução do *Ae. Aegypti* através do modelo de nicho ecológico. (Fonte: Espinosa et al., 2016).

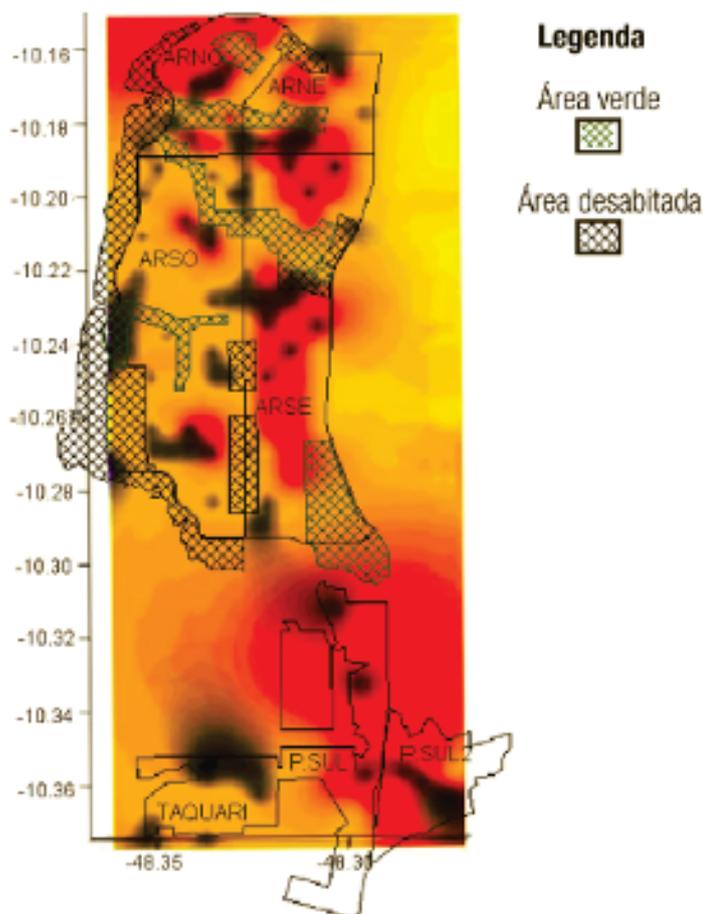


Figura 4 - Mapa combinado entre probabilidade de casos de dengue e focos de *Aedes aegypti*. (Fonte: Cavalcante et al., 2013).

Conclusões

Com esse estudo foi possível observar que a utilização de SIG's são ferramentas de grande valia para os estudos epidemiológicos e sua espacialização, assim tornando fácil a análise e compreensão das relações entre os fenômenos, seja eles quais foram como, por exemplo: população, renda, imóveis e pluviometria e suas ramificações. Alguns autores encontraram evidências nessas associações e deixaram claro que o SIG é passível de tornar-se um instrumento de vigilância epidemiológica e assim analisar se a distribuição espaço-temporal de casos de dengue que ocorrem de forma heterogênea e levantar questões relativas a diversos fatores envolvidos na transmissão como as características específicas da população do mosquito transmissor e a produtividade dos criadouros. Novos estudos sobre o

uso dessas técnicas devem ser incentivados visando uma melhor compreensão sobre aplicações do geoprocessamento na área de saúde.

Referências

Almeida AS de, Medronho R de A, Valencia LIO. Análise espacial da dengue e o contexto socioeconômico no município do Rio de Janeiro, RJ. Rev Saúde Pública. 2009;43(4):666–73.

Araujo MR De, Desmoulière SJM, Levino A. Padrão espacial da distribuição da incidência de dengue e sua relação com a variável renda na Cidade de Manaus, Estado do Amazonas, Brasil. Rev Pan-Amazônica Saúde [Internet]. 2014;5(2):11–20.

Barbosa GL, Lourenco RW. Análise sobre a distribuição espacial e temporal da dengue e infestação larvária no município de Tupã, Estado de São Paulo] Rev Soc Bras Med Trop. 2010;43(2):145–51

Bessa Júnior FN, Nunes RFF, de Souza MA, de Medeiros AC, Marinho MJM, Pereira WO. Distribuição espacial da dengue no município de Mossoró, Rio Grande do Norte, utilizando o Sistema de Informação Geográfica. Rev Bras Epidemiol [Internet]. 2013;16(3):603–10.

Cavalcante MPR, Oliveira C de, Simão FB, Lima PR, Monteiro PS. Análise geoespacial: um estudo sobre a dengue. Acta Paul Enferm. 2013;26(4):360–8.

Donalísio MR. Análise espacial de dados de contagem com excesso de zeros aplicado ao estudo da incidência de dengue em Campinas, São Paulo, Brasil Sta. 2016;32(8):1–14.

Espinosa M, Weinberg D, Rotela CH, Polop F, Abril M, Scavuzzo CM. Temporal Dynamics and Spatial Patterns of *Aedes aegypti* Breeding Sites, in the Context of a Dengue Control Program in Tartagal (Salta Province, Argentina). PLoS Negl Trop Dis.

2016;10(5):1–21.

Machado JP, Souza-Santos R. Análise espacial da ocorrência de dengue e condições de vida na cidade de Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro, Brasil, *Cad Saúde Pública*. 2009;25(5):1025–34.

Ogden NH, Milka R, Caminade C, Gachon P. Recent and projected future climatic suitability of North America for the Asian tiger mosquito *Aedes albopictus*. *Parasit Vectors* [Internet]. 2014;7:532.

Silva AM, Silva RM da, Almeida CAP de, Chaves JJ da S. Modelagem geoestatística dos casos de dengue e da variação termopluviométrica em João Pessoa, Brasil. *Soc Nat* [Internet]. 2015;27(1):157–69.

Silva, R. M.; Pinto, H. R. F.; Costa, S. G. F.; Pinto, K. R. F. Modelagem geoespacial e temporal da hanseníase entre 2001 e 2011 no município de Bayeux, Paraíba. *Hygeia*, v.8, n.15, p.89-103, 2012.

ARTIGO

▶ VIVIANE MARQUES GUEDES

A INDÚSTRIA MUDIÁTICA CONTEMPORÂNEA: DA PRODUÇÃO AO CONSUMO DE BENS SIMBÓLICOS



RESUMO

Este artigo apresenta uma reflexão sobre o conceito de Indústria Cultural, presente nos escritos dos teóricos de Frankfurt, Theodor Adorno e Max Horkheimer, e propõe uma atualização do debate em torno destes estudos para traçar um panorama compreensivo sobre a prática de produção simbólica e cultural no universo dos meios de comunicação midiáticos no mundo contemporâneo.

Palavras-chave: indústria cultural; mídia; cultura da mídia.

Introdução

Não é tarefa das mais simples desenvolver uma reflexão acerca dos conceitos propostos pelos mestres de Frankfurt, sobretudo quando a proposta é estruturar um estudo voltado a atualizar pontos-chave do vasto repertório de uma teoria crítica que busca debruçar-se sobre a lógica cultural do mundo capitalista. Ainda mais se destacarmos que uma das propostas do presente estudo é compreender e questionar a essência do conceito de indústria cultural para então verificar sua aplicabilidade ou não às produções da indústria midiática no contexto da sociedade contemporânea.

Pelo que se apresenta no parágrafo anterior é possível destacar então a orientação que será dada ao artigo em questão, quando buscaremos por em movimento as interações e as distensões entre: 1) indústria cultural; 2) mídia e 3) cultura midiática.

Ora, o termo indústria cultural apresenta um vasto reconhecimento no interior dos campos da sociologia, antropologia e da comunicação social, uma vez que vem sendo, ao longo do tempo, recursivamente usado pelos teóricos das áreas citadas em seus estudos voltados a compreender e questionar os matizes da cultura na atmosfera da civilização industrializada.

Já o conceito de mídia em nosso estudo será tomado por seu sentido mais objetivo possível. Desse modo, trataremos de mídia enquanto conjunto de

meios de comunicação que apresentam técnicas de produção e circulação de bens simbólicos, mensagens, destinados a uma sociedade dita racionalizada que necessita constantemente de informação e entretenimento como componentes fundamentais da vida cotidiana.

Por fim, a questão de que se vive em uma era de cultura da mídia pode ser percebida cotidianamente como quadro fundamental da sociedade pós-moderna. Quer seja pelos recursos técnicos de produção e distribuição de cultura pelos meios de comunicação, quer seja pelas estratégias de seleção e transmissão de bens informativos, ou ainda pela teia que se estabelece entre os conteúdos dos diversos meios de comunicação midiáticos; tudo isso vem atestar que estamos a pleno vapor em um momento crucial de solidificação das mídias como um elemento fundamental e formador das trocas culturais contemporâneas. Essas e outras questões serão melhor detalhadas nos tópicos a seguir.

Indústria e reificação da cultura

O conceito de cultura associa-se a incontáveis definições e buscar um fechamento de significado para o termo representa uma redução epistemológica que passa longe de nosso objetivo ao desenvolver este texto.

Assim, daremos ênfase a uma discussão acerca de cultura, concebendo-a enquanto um processo em constante construção e movimento, pautado em uma base social que necessita ser nutrida por trocas cognitivas e culturais que possibilitam a existência coletiva.

A temática cultural é tratada nas ciências humanas e sociais com uma ênfase apropriada à importância que tem socialmente. Desde tempos mais remotos, autores das mais diversas áreas do saber destacam em suas pesquisas as complexidades imanentes ao conceito de cultura, quer seja destacando-o de acordo com a vida em sociedade,

com as interações entre indivíduos e grupos em diversos contextos históricos, quer seja ressaltando os processos comunicativos como fonte de transmissão de conhecimentos culturais.

Mas em todas estas abordagens citadas acima, há um ponto de fundamental relevância que apresenta considerável destaque para nosso estudo: o modo como a cultura é produzida, transmitida e consumida pela sociedade.

A partir desta questão, achamos oportuno recorrer aos pressupostos levantados por Theodor Adorno e Max Horkheimer, no livro *Dialética do esclarecimento* (1985), para compreender como as reflexões acerca do processo de produção e consumo de bens simbólicos são abordadas por estes teóricos. Assim, passaremos a discutir o fenômeno da cultura a partir do momento em que ela passa pelo crivo da indústria e, segundo Adorno e Horkheimer, começa a se converter em um objeto reificado. Só então alcançaremos o repertório necessário para as discussões sobre a cultura midiática no mundo contemporâneo.

Adorno e Horkheimer são pensadores alemães, destacados por seus estudos e pesquisas no âmago da conhecida Escola de Frankfurt. Esta escola se associa diretamente à chamada teoria crítica da sociedade, onde estes pensadores vão destacar, em suas reflexões, os conceitos de “cultura de massa” e, seguidamente, “indústria cultural”.

É bastante vasta a colaboração de Adorno e Horkheimer para a teoria social, sobretudo, quando o objetivo principal é pensar a sociedade no âmago do sistema capitalista. Em suas análises, os autores têm influência do marxismo, porém afastam a interpretação da esfera social da base dita econômica, ao molde dos marxistas clássicos e se detêm a investigar questões mais relacionadas à cultura e à razão.

Em linhas gerais, no livro *Dialética do esclarecimento*, os pensadores tecem uma crítica à razão instrumental, ou mais precisamente, à razão

iluminista, marca indelével de uma civilização talhada para a técnica. Além disso, eles se detêm a discutir, de forma altamente crítica, a lógica cultural do sistema capitalista, quando passam a fazer uso do termo indústria cultural para compreender o que designam de reificação da cultura na sociedade moderna.

A crítica à indústria cultural parte do princípio de que as transformações sociais, a partir do desenvolvimento capitalista, gerou uma tal racionalização técnica que influenciou decisivamente a ideologia da sociedade moderna. Com isso, a cultura e suas manifestações adquirem uma nova conotação no âmbito dos meios técnicos de produção e reprodução cultural.

O cerne principal da crítica feita por Adorno e Horkheimer à sociedade capitalista volta-se à superestrutura cultural, quando eles buscam demonstrar que a cultura, em sua manifestação artística, torna-se cada vez mais padronizada e reificada para atender à lógica de consumo capitalista. Assim, segundo os pensadores de Frankfurt “a técnica da indústria cultural levou apenas à padronização e à produção em série, sacrificando o que fazia a diferença entre a lógica da obra e a do sistema social” (ADORNO e HORKHEIMER, 1985, p. 114).

Mas qual seria esta lógica da obra de que falam estes autores? Bem, a nosso ver, o que está em pauta aqui é a essência mais intrínseca da obra de arte que se perde com as transformações da sociedade para o mundo racionalizado, técnico. Todas as manifestações culturais – não apenas as veiculadas pelas mídias – passam a apresentar o traço marcado da racionalidade técnica, da especialização e da industrialização. No excerto abaixo, podemos dimensionar o teor das críticas em relação às transformações vividas pela arte:

A arte sem sonho destinada ao povo realiza aquele idealismo sonhador que ia longe demais para o idealismo crítico. Tudo vem

da consciência (...); na arte para as massas, da consciência terrena das equipes de produção. Não somente os tipos das canções de sucesso, os astros, as novelas ressurgem ciclicamente como invariantes fixos, mas o conteúdo específico do espetáculo é ele próprio derivado deles e só varia na aparência. (ADORNO e HORKHEIMER, 1985, p. 117).

É na indústria cultural que tudo tende à repetição, ao espetáculo irrefletido, à técnica de captação de consumidores. Segundo os frankfurtianos, a arte e a cultura, na era da reprodutibilidade técnica, passam por mudanças significativas e são distanciadas da natureza, do imaginário, do encantamento dos tempos mais remotos da civilização humana. Na era do capitalismo industrial, não só os produtos materiais são reificados, mas os bens espirituais e simbólicos transformam-se agudamente em algo desconhecido pela própria civilização que lhes originam.

Grosso modo, o que Adorno e Horkheimer levantam para discussão está respaldado pelo contexto histórico vivenciado pelo homem moderno em diversas áreas da vida cotidiana. A falta de coerência entre forma e conteúdo das obras de arte, a falta de vinculação dos produtos artísticos com a exterioridade social, a falta de tensões entre as instâncias culturais e as desigualdades sociais marcantes na era capitalista, são todos eventos de um mundo que cedia dia a dia aos ditames da indústria. Desse modo, “a indústria cultural acaba por colocar a imitação como algo de absoluto. Reduzida ao estilo, ela trai seu segredo, a obediência da hierarquia social”. (ADORNO e HORKHEIMER, 1985, p. 123).

Enfim, todo o capítulo dedicado à discussão acerca da indústria cultural apresenta um nítido pessimismo por parte dos teóricos alemães em relação à lógica produtiva da cultura. Seguindo um caminho de reflexão filosófica, Adorno e Horkheimer demonstram paulatinamente sua tese acerca das

modalidades de cultura: erudita, popular e de massas ou industrializada.

É marcante também a contribuição destes pensadores para se refletir sobre a configuração midiática no âmbito da sociedade capitalista. Ora, é inegável que a mídia sempre esteve diretamente de mãos dadas com as técnicas de produção e reprodução de bens culturais, quer seja através de jornais, revistas, televisão, rádio, cinema, entre outros. É certo que à época das críticas desenvolvidas pela Escola de Frankfurt, primeiras décadas do século XX, a mídia dava saltos quantitativos em seu desenvolvimento, passando por significativas adaptações e transformações.

O desenvolvimento da mídia caminha a passos lentos ao longo do século XIX, porém com a transição ao século XX, a sociedade passa a conviver com a explosão dos meios de comunicação nos moldes industriais e com as significativas e conseqüentes transformações da cultura. De acordo com Santaella:

O advento da cultura de massas a partir da explosão dos meios de reprodução técnico-industriais – jornal, fotografia, cinema –, seguida da onipresença dos meios eletrônicos de difusão – rádio e televisão –, produziu um impacto até hoje atordoante naquela tradicional divisão da cultura em erudita, culta, de um lado, e cultura popular, de outro. Ao absorver e digerir, dentro de si, essas duas formas de cultura, a cultura de massas tende a dissolver a polaridade entre o popular e o erudito, anulando suas fronteiras. Disso resultam cruzamentos culturais em que o tradicional e o moderno, o artesanal e o industrial se mesclam em tecidos híbridos e voláteis próprios das culturas urbanas. (SANTAELLA, 2003, p. 48).

Certamente essas características foram muito bem percebidas pelos teóricos de Frankfurt, que não se limitaram a falar apenas de uma cultura produzida e

reproduzida pelas mídias, mas que buscaram interpretar a tônica mais intrínseca da vida cultural no âmago da sociedade por eles investigada.

No caso do presente artigo, buscamos reconstituir traços elementares da teoria crítica da sociedade, apreendendo sua relação com o desenvolvimento das mídias, para então chegarmos a uma atualização sobre as discussões acerca da indústria cultural no âmbito da cultura da mídia contemporânea.

Sabe-se que muito do que foi ressaltado pela Escola de Frankfurt precisa ser repensado, sobretudo quando se quer investigar as manifestações culturais do mundo contemporâneo. Embora a teoria crítica confira sustentáculo a muitas pesquisas acerca da cultura de massas, é preciso perceber que vivemos agora a era da informação em que as mídias ocupam um lugar de destaque no trato cotidiano com as culturas.

São os meios de comunicação responsáveis hoje pela transmissão de vários eixos de conhecimento sobre o mundo da vida e sobre diversas formas culturais. Com isso, é preciso considerar como as mídias dialogam com as mais diversificadas culturas e manifestações culturais. É no cotidiano midiático que os diferentes tipos de cultura – erudita, popular, de massas – são matizados a partir de uma representação simbólica, discursiva. Cada produto desta indústria midiática contemporânea deve ser analisado segundo as particularidades de cada meio de comunicação.

Embora os meios dialoguem entre si, há singularidades que os diferenciam, principalmente se levarmos em consideração a natureza dos conteúdos que são produzidos por cada um especificamente.

É próprio da cultura das mídias, vivida contemporaneamente, que os conteúdos informativos e culturais veiculados cotidianamente apresentem uma ligação intrínseca, sendo tratados com profundidades diferenciadas de acordo com os suportes de comunicação de mensagens – jornais,

revistas, televisão, rádio, cinema, livros, internet.

Quer sejam informações e críticas relacionadas diretamente à cultura, como se vê no jornalismo cultural, quer sejam relatos apenas factuais, a lógica produtiva precisa ser avaliada em cada caso especificamente, para que tenhamos bem presente o que está por trás dos novos bens simbólicos produzidos e veiculados pela mídia contemporânea.

A lógica produtiva no âmbito da cultura da mídia

Neste tópico, pretendemos desenvolver uma análise acerca da configuração da mídia no mundo contemporâneo. Enfatizar quais as mudanças que ocorreram no plano dos meios de comunicação de massa, o surgimento de novas técnicas de produção de bens simbólicos, as mídias mais recentes e como se apresenta a cultura da mídia neste contexto.

Bem, para dar início à nossa reflexão precisamos considerar a seguinte premissa: a comunicação é uma maneira essencial de transmissão de conhecimentos sobre o mundo, sendo também responsável pela manutenção das trocas culturais no universo social. Assim, o trabalho das mídias, que se pauta no critério de comunicação de mensagens, deveria voltar-se para esta missão de propagar o conhecimento sobre a verdade do cotidiano e fortalecer o intercâmbio das manifestações culturais em sua essência. Entretanto, para que atingíssemos esse ideal precisaríamos dispor de uma mídia realmente democrática e comprometida com o bem da coletividade.

O que se tem percebido ao longo do tempo é que a forma como a mídia aborda o cotidiano e as culturas passa longe dessa utopia. Na produção dos meios de comunicação ainda vigoram os ditames do poder econômico e político, enquanto os significados, as mensagens veiculadas passam longe de tratar a cultura, a informação como bens relevantes para o desenvolvimento de uma sociedade plena em

cidadania e conhecimento.

Por essas e outras razões, propomos a atualização das lições dos teóricos de Frankfurt para pensarmos a configuração da cultura midiática hoje. Embora alguns pontos precisem ser repensados, o cerne do pensamento crítico ainda tem muito a nos dizer, sobretudo neste mundo em que os bens informativos circulam e são consumidos com uma velocidade inigualável.

Desse modo, é importante considerar que vivemos hoje uma era de extremo desenvolvimento dos meios de comunicação de massa e de sua influência no meio social. As realidades são construídas, significados são sugeridos, conteúdos passam por critérios seletivos, a informação precisa ser produzida de forma extremamente padronizada para atender às exigências desta nova indústria midiática e da sociedade que gera estas relações e também é criada por elas.

A mídia se transformou com o tempo, ganhando mais notoriedade nas sociedades contemporâneas. Para isso, foi preciso adaptar suas técnicas de produção e reprodução de mensagens para atingir um público consumidor cada vez mais exigente. Imaginemos o que os críticos mais ferrenhos da indústria cultural teriam a dizer ao conviver com o eloquente desenvolvimento midiático vivenciado atualmente.

Com o passar do tempo, a rede de mídias vai se distanciando do caráter comunitário da comunicação, descartando os relatos sobre as diversas camadas sociais e suas necessidades enquanto cidadãos. O que passa a importar na era da sociedade da informação é a notícia em primeira mão, o furo jornalístico, o cinema acrítico, a música padronizada, a mensagem despolitizada circulando de forma meteórica pelos portais da internet. De acordo com Pereira:

A informação midiática é inversamente proporcional ao ideal comunitário. O ideal comunitário resiste na vida

cotidiana, a partir de redes semânticas capazes de tornar viáveis ações imperceptíveis no cotidiano, mas importantes na manutenção dos imaginários sociais. As redes semânticas são tecidas na vida cotidiana pela sintaxe de vários autores, que ocupam espaços diferentes e são responsáveis pela produção de diversas formas estéticas, do sublime ao grotesco. Mas são imperceptíveis pelos construtos da sociedade da informação. (PEREIRA, 2008, p. 3).

Refletindo sobre o fragmento acima, é possível compreender que a mídia tem se distanciado da essência da vida coletiva; essência esta que se faz a partir da construção de significados próprios, segundo os diversos imaginários capazes de constituir uma gama de formas estéticas diretamente associadas à existência de cada ator social e do grupo como um todo.

Outro ponto de destaque que precisa ser abordado quando pensamos na cultura midiática contemporânea diz respeito ao amplo desenvolvimento das novas tecnologias da informação. As mídias digitais são uma verdade insofismável e sua influência no mundo social o resultado das novas trocas simbólicas do mundo em que vivemos hoje.

Informação em tempo real, velocidade no processamento de dados, busca pelo maior número de conteúdos informativos para serem veiculados de maneira ultra-velozes pela internet marcam alguns dos traços mais proeminentes desta nova fase da indústria midiática. A comunicação continua seguindo o mesmo fluxo – emissor – meio – receptor, porém sugerindo uma nova ilusão: a de que o receptor das mensagens teria uma maior liberdade de diálogo com a produção dos meios mais modernizados de informação. Esta é uma falsa aparência de interatividade. Os conteúdos são distribuídos de acordo com as intencionalidades e ideologia dos

próprios meios de comunicação.

O que existe sim é um receptor que se vê confrontado com uma profusão de mensagens, informações que se pautam mais pela factualidade dos eventos do que pelos projetos e problemáticas que se vivenciam socialmente. O processamento de tanta informação prejudica a apreensão do que realmente se passa à nossa volta e do conhecimento efetivamente presente na vida cotidiana das diferentes coletividades.

Em linhas gerais, o que ainda impera no âmbito da mídia são as leis de mercado, os ditames político-ideológicos e as estratégias de comercialização de bens simbólicos. Nesse sentido, as explicações da teoria crítica ainda se aplicariam ao novo contexto da cultura das mídias.

Mesmo considerando a feição renovada dos meios de comunicação midiáticos, é preciso destacar que as técnicas de produção e consumo de bens simbólicos não sofreram grande alteração. A especialização técnica nas redações jornalísticas, a racionalidade na confecção e seleção dos produtos da mídia vêm demonstrar a verdade deste raciocínio. Mesmo que tenhamos que atualizar alguns pontos do debate proposto pelos pesquisadores da Escola de Frankfurt, ainda devemos considerar que a lógica produtiva permanece exercendo influência no dia a dia das práticas midiáticas.

Buscando compreender como as mídias se apresentam na contemporaneidade, Santaella (1992) procura transcender as explicações propostas por Adorno e Horkheimer, em relação à mercantilização da cultura e da informação na indústria cultural, e defende a idéia de que vivemos em uma era que sedimenta uma cultura das mídias. A pesquisadora fala de uma rede entre as mídias no mundo contemporâneo.

Em síntese, as mídias tendem a se engendrar como redes que se interligam, sendo que, nessas redes, cada mídia particular tem uma nova função que lhe é

específica. É por isso que o aparecimento de cada nova mídia, por si só, tende a redimensionar a função das outras. Quando uma nova mídia surge, geralmente provoca atritos, fricções, até que gradativamente as mídias anteriores vão, com o passar do tempo, redefinindo as prioridades de suas funções. (SANTAELLA, 1992, pp. 21-22).

Essa rede midiática, segundo Santaella, apresenta características próprias ao estilo de vida nas sociedades modernas: a provisoriedade e a mobilidade da informação entre as mídias, a multiplicidade de pontos de vista conferindo ao público possibilidades interpretativas diferenciadas em relação à informação. Neste caso, o que estaria em questão não seria a tecnologia aplicada na transmissão das mensagens, mas a qualidade e o conteúdo dos produtos informativos que chegam à sociedade. Sobre isso, Santaella ressalta que:

Uma mesma informação passa de mídia a mídia, repetindo-se com algumas variações na aparência. É a cultura dos eventos em oposição aos processos. Cultura do descontínuo, do esquecimento, de aparições meteóricas, em oposição aos contextos mais amplos e à própria profundidade analítica. (SANTAELLA, 1992, p. 18).

Tais manifestações e características fazem parte de uma cultura das mídias, que apresenta singularidades marcantes e próprias de um mundo técnico, racionalizado e, mais atualmente, entregue aos recursos tecnológicos. É nesse contexto que a nova mídia move-se e se transforma no centro das trocas simbólicas contemporâneas. Uma mídia que, além de apresentar uma cultura própria, passa a matizar e a resignificar as demais formas culturais, diferenciadas em cultura erudita, popular e de massas.

Considerações finais

As reflexões que apresentamos neste artigo não têm a intenção de esgotar a temática que aqui nos propomos estudar. São várias as possibilidades interpretativas no âmago das investigações relacionadas às ligações entre indústria cultural e produção midiática no mundo civilizado.

Em linhas gerais, as vinculações entre mídia e indústria cultural são abordadas de forma a perceber o que ainda se mantém das explicações oferecidas pelos teóricos da Escola de Frankfurt e o que pode ser atualizado, sobretudo se levarmos em consideração as mutações técnicas vivenciadas pelas mídias ao longo do século XX ao século XXI.

O que buscamos discutir no presente artigo está relacionado diretamente às discussões propostas por Adorno e Horkheimer em relação à industrialização da cultura no mundo capitalista. A partir daí, destacamos como podemos pensar o cultural midiático neste contexto e o que se apresenta de novo em relação à produção midiática no mundo contemporâneo.

Assim, iniciamos uma discussão acerca do conceito de cultura e como esta passa a ser reificada pela indústria cultural. Com isso, recorreremos a alguns pressupostos elaborados pelos frankfurtianos para introduzir a nossa reflexão.

Dando continuidade ao estudo, vimos como a mídia apreende e reproduz a cultura e a informação para o campo social. Neste aspecto, percebe-se que muitas das explicações da teoria crítica ainda se aplicam ao que se verifica hoje no âmbito da produção de bens simbólicos.

Entretanto, é preciso destacar que as mídias no mundo atual estabelecem novas relações entre si e com o público consumidor. As chamadas redes de interação entre as mídias representam um diferencial da lógica produtiva contemporânea, o que assegura uma maior provisoriedade da informação que é conduzida de uma mídia a outra para ser tratada de

forma mais aprofundada. Essa característica de efemeridade e aprofundamento da informação está diretamente vinculada à lógica da cultura midiática hoje, que também dialoga com os níveis de cultura erudito, popular e de massas.

Referências

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

COHN, Gabriel (Org.). **Theodor W. Adorno**: sociologia. São Paulo: Ática, 1986. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

PEREIRA, Wellington. A comunicação e a cultura no cotidiano. **Revista Temática**, João Pessoa, jan. 2008. Disponível em: <<http://www.insite.pro.br/Ensaio%20Wellington%20janeiro%202008.htm>>. Acesso em: 28 jul. 2008.

SANTAELLA, Lúcia. **Cultura das mídias**. São Paulo: Razão Social, 1992.

_____. A crítica das mídias na entrada do século XXI. In: PRADO, José Luis Aida (Org.). **Crítica das práticas midiáticas**. São Paulo: Hacker, 2002.

_____. **Culturas e artes do pós-humano**: da cultura das mídias à cibercultura. São Paulo: Paulus, 2003.

ARTIGO

► VIRGÍNIA HELENA SERRANO PAULINO LIMA

AS POLÍTICAS SOCIAIS E SEUS DESDOBRAMENTOS NO BRASIL



Introdução

Este artigo objetiva discorrer sobre a Política Social e seus desdobramentos no contexto brasileiro, para tanto se pretende conhecer historicamente as determinações das Políticas Sociais, analisar como aconteceu sua consolidação no Brasil e por fim refletir sobre a Política de Assistência Social mediante ao novo desenho imposto pela política neoliberal.

O referido estudo buscou tecer inicialmente uma análise histórica das políticas sociais no âmbito mundial, mostrando como aconteceram os avanços em consonância com o desenvolvimento do capitalismo, a partir da Revolução Industrial na Inglaterra, no início do século XVIII e meados do século XX, período em que surge uma série de transformações sociais, políticas e econômicas a partir da ascensão do capitalismo, das lutas de classe e do desenvolvimento da intervenção estatal.

As inovações tecnológicas expandiram a demanda por mão de obra, introduzindo alterações nas relações de produção e conseqüentemente nas relações sociais, aumentando demasiadamente o número de proletários que devido às péssimas condições de trabalho, iniciam seu processo de organização, demandando da classe hegemônica ações que atendessem suas reivindicações. É a partir dessas mobilizações que a política social passa a ser compreendida como estratégia governamental.

No que se refere ao caso brasileiro, discorreremos sobre a estruturação das políticas sociais, as quais acompanham também o movimento do capitalismo e seus processos de desenvolvimento, só que de uma forma lenta e gradual, afinal de contas não somos o berço da Revolução Industrial e as relações sociais capitalistas se desenvolveram no Brasil de forma bem diferentes dos países do capitalismo central. (BEHRING; BOSCHETTI, 2008).

Nesse sentido as políticas sociais no Brasil estão diretamente relacionadas às condições vivenciadas pelo País em níveis econômico, político e social, pois a inserção do Brasil no mundo globalizado

ocorreu dependente das determinações e decisões do capital e das potências mundiais hegemônicas.

Essa conjuntura exerce forte influência nos desdobramentos das políticas sociais na realidade brasileira e para tanto analisaremos suas configurações a partir da década de 1990, considerando os ajustes neoliberais que influenciaram a conformação das políticas sociais na atualidade, dando destaque para a Política de Assistência Social.

Uma análise histórica das Políticas Sociais

As políticas sociais são consideradas como mecanismos de manutenção da força de trabalho, em alguns momentos como conquistas dos trabalhadores ou como doação das classes dominantes, e ainda pode ser vista como instrumento de garantia do aumento da riqueza ou dos direitos do cidadão, ou seja, as políticas sociais são resultados da complexa relação entre as forças produtivas e as forças sociais. (FALEIROS, 2009)

Para realizar uma análise conjuntural da política social no mundo contemporâneo se faz necessário considerar o movimento real e concreto das forças sociais, tendo em vista os processos históricos que determinam as relações sociais, considerando não apenas o movimento do capital e os movimentos sociais concretos, mas, sobretudo as conjunturas econômicas e os movimentos políticos, os quais apresentam alternativas de atuação do Estado (FALEIROS, 2009). Nesse sentido as políticas sociais não possuem características únicas, cada modelo é idealizado de acordo com fatores econômicos, políticos e culturais determinados por cada país ou região.

Embora seja difícil precisar o momento específico em que aparecem as primeiras iniciativas das políticas sociais, no final do século XIX enxergamos algumas ações e medidas de proteção social, em virtude da conexão do capitalismo com a

Revolução Industrial (BERING; BOSCHETTI, 2008) e do surgimento das mobilizações operárias, é a partir desses movimentos que a política social passa a ser compreendida como estratégia governamental. Sobre isso Mauriel (2012, p. 2) aponta que,

As políticas sociais, contudo, por carregarem as contradições inerentes ao capitalismo, representam formas históricas resultantes de lutas sociais e pactuações contínuas e intermináveis que nem sempre são favoráveis aos interesses da maioria da população [...]

A Revolução industrial na Inglaterra, no século XVIII até meados do século XX produz uma série de transformações sociais, políticas e principalmente econômicas a partir do fortalecimento do sistema capitalista. Esse processo de mudança é marcado pela propagação de invenções e descobertas de novas fontes de energia, surgindo à mecanização industrial, repelindo a acumulação de capitais da atividade comercial para o setor de produção.

As inovações tecnológicas originadas pela Revolução Industrial expandiram a demanda de mão de obra, introduzindo alterações no processo de produção. O indivíduo tinha que se adaptar às novas relações de trabalho, sem ter como escapular do pensamento burguês, os operários se tornaram proletários, subordinados plenamente ao capital, produzindo uma nova estrutura social e um novo contexto político moldados pelas concepções e objetivos burgueses.

O objetivo da classe burguesa era explorar ao máximo a força de trabalho dos proletariados, para garantir o lucro e mantê-los dependentes, para isso submetia-os a péssimas condições de trabalho, intermináveis horas de jornada e a baixos salários. Dessa forma o desemprego, a fome, o aparecimento de doenças, não demoraram a aparecer, contribuindo para o adensamento das questões sociais. A classe operária inicia seu processo de organização, passando a determinar reivindicações e a sugerir

mudanças.

É nesse meandro, que as sequelas da “questão social”, tornam-se objeto de intervenção contínua e sistemática do Estado, diante do novo ordenamento econômico, da consolidação política do movimento operário e da necessidade de legitimação política do estado burguês, que impõe o sistema capitalista, tornando a questão social alvo de políticas sociais. (NETTO, 2001)

Nessa ótica Castel (2009 p. 282) discorre que a “questão social surge como uma nova despesa porque 'os novos pobres' agora estão plantados no coração da sociedade, formam a ponta da lança do seu aparelho produtivo”.

A partir daí surgem os primeiros modelos de proteção social que tem sua origem na Europa Ocidental, durante o desenvolvimento no pós II Guerra Mundial, se configurando como conquistas civilizatórias que não foram capazes de libertar a humanidade do sistema capitalista, mas estabeleceram sistemas de direitos e deveres que mudaram o padrão de desigualdade entre as classes sociais ao longo do século XX. (BOSCHETTI, 2012)

O predomínio das ideias liberais, neste período, se caracteriza pela regulação de livre mercado e do princípio do trabalho como mercadoria, ou seja, o indivíduo deve prover seu bem estar e de sua família através do seu trabalho, para os liberais o estado deve exercer uma função de regulador, intervindo minimamente nas relações de mercado. E como afirma Vianna (2000, p.24) “o Estado somente intervém quando o mercado impõe demasiadas penas a determinados segmentos sociais e onde os canais 'naturais' de satisfação das necessidades [...] mostram-se insuficientes”, há ainda a predominância do individualismo em detrimento da coletividade, pois os liberais definem o indivíduo como sujeito de direito.

No que tange as políticas sociais, os liberais defendiam que o Estado não deveria garanti-las, assegurando uma assistência mínima, para àqueles indivíduos que não tivessem condições de prover sua

subsistência. Havia a predominância da caridade privada, contudo são iniciativas ainda muito tímidas, com um caráter repressivo que busca atender a algumas reivindicações da classe trabalhadora, mas não conseguem atingir o cerne da questão social. Como esclarece Behring (2009, p. 304)

A lógica liberal funda-se na procura do interesse próprio pelos indivíduos, portanto, seu desejo supostamente *natural* de melhorar as condições de existência, tende a maximizar o bem-estar coletivo. Os indivíduos, nessa perspectiva, são conduzidos por uma mão invisível – o mercado – a promover um fim que não fazia parte de sua intenção inicial.

Para tanto, o Estado Liberal não consegue sustentar o crescimento econômico, nem de garantir a ordem social, em virtude de sucessivas crises, consubstanciado no enfraquecimento desse sistema, provocando o processo de transição para o Estado Social, no final do século XIX e início do século XX, determinado pela organização e mobilização da classe trabalhadora, na luta pela emancipação humana. Nesse sentido a classe trabalhadora assegura conquistas significativas no âmbito dos direitos políticos, como direito ao voto, de organização em sindicatos e partidos de livre expressão e manifestação. (BARBALET, 1989)

Não há uma ruptura significativa entre o Estado Liberal e o Estado Social vimos uma continuidade em relação às políticas sociais neste período. Segundo Behring, Boschetti (2008, p.63), o que aconteceu foi uma diminuição por parte do Estado dos princípios liberais. O Estado assume um caráter mais social investindo em políticas sociais, a medida em que incorpora as orientações socialdemocratas, ambos reconhecem os direitos, mas não rompem com os objetivos do capitalismo.

O movimento de organização e pressão da classe trabalhadora no início do século XX, é marco para a ampliação dos direitos políticos e sociais, pois serviram “[...] para tencionar, questionar e mudar o

papel do Estado no âmbito do capitalismo” (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p.66).

Dois pontos importantes explicam a emergência das políticas sociais, o primeiro se refere à lógica do seguro social, na Alemanha, a partir de 1883, e o segundo aspecto diz respeito à ampliação da ideia de cidadania através das políticas sociais, ou seja, há um deslocamento das ações, que até então eram destinadas a pobreza. Dessa forma o Estado se mostra preocupado em atender às necessidades sociais dos trabalhadores, bem como reconhecer os seguros sociais como conjunto de direitos e deveres, além de considerar o direito social como elemento de cidadania, investindo financeiramente nas políticas sociais. (PIERSON APUD BEHRING; BOSCHETTI 2008).

Contudo, Otto Von Bismarck chanceler do governo Alemão, instituiu um sistema de seguros sociais em 1883 instaurando o modelo assistencial bismarckiano, distorcendo a ideia de solidariedade de classe, se sustenta na lógica do seguro privado atendendo quase que exclusivamente a classe trabalhadora, financiado pelos próprios trabalhadores. Sobre esse assunto Boschetti (2012, p.760) afirma que:

A lógica bismarckiana de seguros sociais predominou nos sistemas de proteção social dos países do Centro/Sul da Europa ocidental [...] e atribuiu a eles um tipo de direito social fortemente (mas não exclusivamente) estruturado em torno da organização do trabalho e por regimes profissionais, o que atribui a esses sistemas uma forte fragmentação.

Fundamentalmente, os seguros tinham um caráter privado e eram destinados a categorias profissionais específicas, não tinham uma característica universal, mas mesmo assim se espalharam por toda a Europa no início do século XX. Diante disso percebemos que as políticas sociais foram se desenvolvendo de forma diversificada entre as nações, dificultando um estabelecimento de

padrão único.

No pós II Guerra Mundial na Inglaterra, a partir de críticas ao modelo bismarckiano, é formulado o modelo assistencial pautado na lógica beveridgiana, com propostas de reformas sociais mais abrangentes e universais, com o propósito de atender a todas as pessoas garantindo os mínimos sociais a aqueles em condições de necessidades, sendo o financiamento derivado dos impostos fiscais e da gestão pública e estatal (CASTEL, 2009), influenciando consideravelmente a formação do *Welfare State*.

A partir daí outros países vão adotando formas particulares para definir as intervenções estatais no âmbito social e econômico. Na França o *Etat Providence* (Estado Providência), incorpora no seu modelo de seguridade princípios dos modelos Beveridge e Bismarckiano. O *social security*, popularizado nos Estados Unidos a partir do plano beveridge, só que numa perspectiva mais restrita.

No caso do Brasil, há uma combinação desses dois modelos, compondo a Seguridade Social através de três políticas a da previdência (contributiva) com características bismarckiana, da saúde (não contributiva e acesso universal) e assistência social (não contributiva para quem dele necessitar) com características beveridgiana.(BOSCHETTI, 2007).

É nesse meandro que se estabelecem a ampliação das políticas sociais concomitantemente ao desenvolvimento do sistema capitalista, na medida em que ele se consolida e se desenvolve elas vão se engendrando a esse movimento do capital e adquirem segundo Pastorini (2004) funções sociais, econômica e política, se apresentando como expressões da correlação de forças e lutas na sociedade civil, e concessões dos grupos majoritários no poder objetivando obter legitimidade e controle social.

Tal conjuntura exerce forte influência na estruturação e desdobramentos das políticas sociais no Brasil. Dessa forma analisaremos a seguir como elas se desenvolveram no âmbito do capitalismo a partir da década de 1980, considerando

principalmente o período da implementação do neoliberalismo a partir da década de 1990 até os dias atuais.

A Política Social no Contexto Brasileiro

As políticas sociais na realidade brasileira se estruturam de forma lenta e gradual, passando pelas implicações provenientes do seu contexto histórico - marcado pela escravidão -, pelo processo de industrialização nos países desenvolvidos e da adoção do capitalismo, tais características determinam a formação política, econômica e social no Brasil.

Vale salientar que essas políticas só foram possíveis quando a classe trabalhadora requisita formas de prover as necessidades derivadas do desemprego, da fome, da desigualdade social que historicamente são obstáculos enfrentados no Brasil. As políticas sociais foram marcadas por um regime autoritário, que procurava mostrar serviços para justificar sua ação interventora e maquiagem, de certa forma, a sua dureza adotando medidas arbitrárias e desmobilizadoras dos conflitos sociais.

No Brasil a década de 1930 foi marco do surgimento da política social, conforme Cignoli (1985), esse período representou um ciclo de mudanças, visto que pois fim ao modelo agro-exportador da economia dando início ao processo de industrialização no país, uma vez que esta trazia consigo inovações tecnológicas exigindo uma mão de obra mais qualificada.

A alternativa encontrada pelo Estado brasileiro foi trazer os imigrantes europeus que possuíam não apenas mão de obra qualificada, mas, sobretudo experiências em movimentos e lutas sociais. Ao adentrar no contexto nacional, no qual tais imigrantes estavam submetidos a péssimas condições de trabalho e vida, os mesmos se organizaram em movimentos para reivindicar ao Estado uma resposta à situação encontrada.

A partir daí emerge a “questão social”, não unicamente pela ação ou iniciativa estatal, mas, contraditoriamente pelas lutas e movimentos provocadas pela classe trabalhadora. Dessa forma a alternativa encontrada pelo Estado foi investir em iniciativas de políticas sociais, com objetivo de manter o controle sobre a classe trabalhadora necessária a manutenção do capital.

A primeira expressão foi a Política de Previdência (1931) que consistia em um conjunto de medidas destinadas a categorias profissionais que eram fundamentais ao desenrolar do processo de industrialização do País, tais como os ferroviários, e os trabalhadores de minas. A partir daí vão surgindo outras iniciativas de política sociais para dar respostas a demanda apresentada pela classe trabalhadora, tais como a política de saúde, habitação e educação, se estruturando ao longo dos anos como conjunto de ações desarticuladas. (CIGNOLI, 1985)

Ao longo das décadas de 1970 e 1980, o estado brasileiro busca organizar um “tipo” de *welfare state*, na tentativa de satisfazer algumas demandas da população desprotegida. Porém neste período como assegura Behring e Boschetti (2008), as iniciativas na área de social eram insignificantes e não atingiam as expressões da questão social, mantendo seu caráter seletivo, fragmentado e compensatório.

No entanto as lutas travadas pelos movimentos sociais na década de 1980 contribuíram para uma série de avanços implicando na promulgação da Constituição Federal de 1988. Segundo Vianna (2000 p. 138) o texto constitucional contemplava alguns anseios manifestado por vários segmentos da sociedade e se referiam ao conceito de seguridade, a universalidade da cobertura e do atendimento, a uniformidade dos benefícios, seu caráter democrático e descentralizado. Em termos legais essas mudanças estão relacionadas com o reconhecimento e ampliação dos direitos civis, políticos e sociais. Nesse sentido afirma Gomes (2013 p.71)

[...] a constituição de 1988 foi um avanço, porque apontou para dois

fatores: institucionalizou, nos marcos jurídico-legais, a abertura democrática e positivou, ao mesmo tempo, direitos individuais e coletivos favorecedores do bem-estar social e da cidadania burguesa [...]

É importante destacar que a CF/1988 é considerada inovadora, pois, consagra em seu texto o termo Seguridade Social, que foi incorporada no Brasil pautado predominantemente pelo modelo Beveridgiano. Os princípios do modelo de seguros predominam na previdência social e os do modelo assistencial não contributivo orientam o sistema público de saúde e a política de assistência social.

Dessa forma a Seguridade Social brasileira integra a previdência social, que possui um caráter contributivo e tem como objetivo assegurar aos beneficiários meios de manutenção, por motivo de incapacidade, velhice, doença, e etc, a saúde que passa a ser vista com direito do cidadão e dever do estado, seu acesso é universal e não contributivo, e por fim incorpora a assistência social que adquire um status de política social não contributivo, destinando-se a quem dela necessitar, ou seja, aos “comprovadamente pobres”.

Com a integração dessas três políticas fica implícito de um lado a universalidade da cobertura e de outro significa romper com o clientelismo social e também com a égide da benemerência, para os indivíduos sem capacidade monetária de acesso aos produtos oferecidos pelo mercado, como rebate Mauriel (2010, p.3) “[...] haja vista que as ações assistenciais foram utilizadas historicamente como instrumento eleitoreiro e moeda de barganha populista”. Contudo Mota afirma que,

[...] as características excludentes do mercado de trabalho, o grau de pauperização da população, o nível de concentração de renda e as fragilidades do processo de publicização do Estado permitem afirmar que no Brasil a adoção da concepção de seguridade social não se traduziu objetivamente numa universalização do acesso aos benefícios sociais. (2007, p.3)

As mudanças societárias provocaram um reordenamento do capitalismo, implicando em novas configurações do Estado no que se refere à oferta das políticas sociais no Brasil. O Estado vem a cada dia reduzido seu papel como garantidor dos direitos sociais, deixando a cargo do mercado e da sociedade civil essa tarefa, o mercado destina-se àqueles que possuem meios de adquirir os serviços privados, enquanto os serviços públicos são destinados aos “pobres”, fragilizando as políticas sociais, dessa forma o processo de privatização acontecem através da mercantilização e refilantropização.

Com esse novo rearranjo as políticas sociais estão cada vez direcionadas aos setores mais precarizados da população, conforme orienta os organismos internacionais. Há o predomínio de ofertas seletivas/focalizadas das políticas, negando o princípio da universalidade expresso na Constituição Federal/ 1988 (BEHRING; BOSCHETTI, 2008). Quanto a isso Vianna analisa que,

O sistema de proteção social no Brasil continua universal na letra da Lei. No entanto ganha cada vez mais foros de unanimidade a ideia de que política social é, por excelência, algum tipo de ação voltada para os excluídos (os pobres) e, por definição, focalizada. (2008, p.2)

A forte presença do projeto neoliberal no contexto brasileiro impõe uma nova lógica para pensar as políticas sociais e adequá-las as exigências que esse projeto lhe impõe. Dessa forma, o sistema de proteção social brasileiro vem sendo redesenhado desde a década de 1990 tendo maior impacto durante o Governo Lula (2003-2010), principalmente no que se refere à Política de Assistência Social.

Diante desse contexto as políticas sociais se adaptam a uma nova lógica, marcado por privatizações, focalização/seletividade, e descentralização (DRAIBE,1993 *Apud* BEHRING, 2008), nesse sentido vamos discorrer como esse

aspectos interferem na Política de Assistência Social, após adoção do projeto neoliberal.

O Projeto Neoliberal e a focalização na Política de Assistência Social no Brasil

Mesmo considerando os avanços pelos quais a política social têm passado no que se refere às legislações, se faz necessário debater acerca da denominada contrarreforma neoliberal do Estado, Behring (2008) coloca que desde os anos 1990 o projeto neoliberal tem desenvolvido uma contracorrente frente às conquistas legais estabelecidas na constituição.

Nesse período, o Estado é apontado, estrategicamente, de ser o grande responsável pelo aumento salarial e gastos sociais e por isso, seria necessário reformá-lo (BEHRING,2008).

Vale ressaltar que a reforma do Estado é parte de um processo global de reestruturação capitalista, iniciado após a crise do capital nos anos de 1970. Após esse período surge com força total o projeto neoliberal, consistindo na redução do papel do Estado e ampliação da esfera do mercado econômico. Nesse sentido Behring (2002, p. 94) aponta que, crise significa rupturas no processo de reprodução que levam um intenso período de criação social, com transformações irreversíveis do modo de produção, seja no sentido de sua continuidade ou no sentido de sua superação.

Surgem novas formas de organização e reajustamento social e político, uma delas é a reestruturação produtiva que deve ser entendida como um processo que tem uma dimensão política, social e cultural, diante da crise do capital, impondo o desafio de uma nova correlação de força que permita a sua reprodução e sobrevivência, isso quer dizer que o capitalismo, por si só, sempre dará em mais capitalismo (BRAZ, 2012), gerando mudanças na correlação de forças entre capital e trabalho e, um redirecionamento do papel do Estado.

O mote desse processo de reestruturação

produtiva é flexibilizar, há uma tendência generalizada de flexibilizar os contratos de trabalho, o processo produtivo e o regime de acumulação, provocando altos índices de desemprego estrutural, maior exploração do trabalhador, ganhos modestos de salários e a desestruturação do poder sindical. (ANTUNES, 2001).

A reestruturação produtiva se configura em uma necessidade posta ao capital para recuperação de suas taxas de lucro, e tem como objetivo a construção de novas formas de controle do capital sobre os trabalhadores, trazendo sérios rebatimentos sobre o mundo do trabalho, como a heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora (ANTUNES, 1995).

A adoção do ajuste neoliberal e a mundialização financeira, trouxe consequências dramáticas para a sociedade, como a destruição das forças produtivas, deixando um grande número de trabalhadores em situação precária, aumentando os níveis do desemprego estrutural, precarizando as condições de vida da *“classe-que-vive-do-trabalho”* (ANTUNES, 2005).

Com esse discurso se inicia nos anos de 1994, época do governo de Fernando Henrique Cardoso, a reforma do Estado brasileiro, com ênfase nas privatizações e na previdência social, descartando as conquistas que foram postas na Constituição e da própria Seguridade Social, construindo uma abertura para o novo “projeto de modernidade”, pois se pretendia tornar o Estado mais eficiente, segundo Gomes (2013 p.67).

Na realidade, o governo brasileiro não estava apenas preocupado em garantir o crescimento e o equilíbrio macroeconômico do país, mas em adaptar-se às exigências inescrupulosas do capitalismo financeiro mundial, mesmo às custas da pauperização da população e do endividamento da nação ao capital estrangeiro.

As reformas no campo da Seguridade Social, sobretudo na Previdência Social, no Governo Lula (2002-2010), dá continuidade à agenda de reformas

pautadas no Governo de FHC (1994-2002), consolidando as exigências dos organismos financeiros internacionais, tais reformas implicam na ampliação e definição de um novo desenho operacional da política de assistência social, implicando na constituição de uma unidade contraditória entre a Previdência e a Assistência Social no processo de afirmação da seguridade social. (MOTA, 2007)

Essa afirmação na análise de Mota (2008, p. 134) se ampara na ampliação da “assistência social e nas condicionalidades restritivas da previdência e da saúde [...], circunscrita ao argumento do crescimento da pobreza e à impossibilidade de equilíbrio financeiro [...]”, incentivando a demanda pelos sistemas privados complementares.

Nesse sentido Mauriel (2010) afirma que a pobreza tem assumido um lugar privilegiado no debate sobre a política social fazendo com que as formas adotadas para o enfrentamento da questão social impeçam a generalização dos direitos sociais.

A questão social esta cada vez mais reduzida ao trato da pobreza, tornando-se objeto de iniciativas precárias, focalizadas e filantrópicas, que nada incentivam o protagonismo e a emancipação da classe trabalhadora, ou seja, as propostas neoliberais apontam para um “espantoso minimalismo frente a uma 'questão social' maximizada” (NETTO, 2012: 428).

O minimalismo das políticas sociais nas análises de Netto (2012, p.428) é quem tem caracterizado os vários programas de transferências de renda, que inicialmente foram implantados em alguns países capitalistas e em muitos países periféricos, contudo não tem em sua essência uma proposta de transformações estruturais, pelo contrário se legitimam como programas emergenciais e basicamente assistencialistas.

Dessa forma a política social se coloca como um meio de redistribuição da renda socialmente produzida, com vista à manutenção do sistema de

produção capitalista, vista a função meramente complementar, apenas para compensar o que não pode ser acessado via mercado.

É nesse meandro que a política de assistência social se amplia, como política não contributiva, se transformando segundo Mota (2008, p.134) “num novo fetiche de enfrentamento à desigualdade social, na medida em que se transforma no principal mecanismo de proteção social no Brasil”.

CONCLUSÃO

O artigo desenvolvido sobre as políticas sociais e seus desdobramentos no Brasil, faz parte de mais uma produção teórica que buscou fazer uma breve análise de como se desenvolveu a política social no Brasil no contexto neoliberal, entendendo que os acontecimentos mundiais interferiram nos reajustes e no reordenamento dessa política no contexto brasileiro.

Consideramos que as marcas da injustiça no Brasil são parte da história desta Nação, sendo explícito o controle exercido sobre a classe trabalhadora, a parca garantia de direitos, desenvolvida pelo Estado mínimo e uma cidadania escassa.

Entendemos que o avanço do capitalismo na sociedade contemporânea impõe uma realidade contraditória, marcada pela desigualdade social, essa sociedade dual desenvolve uma má distribuição de renda intensificada pela concentração da riqueza socialmente produzida, tudo isso num contexto de submissão do trabalho humano ao capital. (ANTUNES, 2001)

A Constituição Federal de 1988 e sua ampliação no âmbito dos direitos pode ser considerada como avanço, dentro da perspectiva do entendimento universalizado das políticas sociais, no entanto na prática é completamente diferente em virtude dos acordos neoliberais.

O ajuste neoliberal, consolidado a partir dos

anos 1990, evidenciou uma redução nos investimentos direcionados às Políticas Sociais, ocasionando na fragmentação e seletividade de seu alcance (FALEIROS 2009). Essa forma de intervenção do Estado acaba por formar um caráter fragmentado e focalista das políticas, prevalecendo o caráter controlador para manutenção da ordem pela classe dominante, dessa forma as políticas sociais vêm se consolidando e adaptando as novas configurações capitalistas, passando por significativos avanços e retrocessos.

É nesse meandro que as dificuldades se acentuam na conjuntura brasileira, transferindo para a sociedade civil a responsabilidade com a produção de bens de consumo coletivo, como consequência amplia a camada de indivíduos qualificados como excluídos.

Percebemos ainda que as políticas sociais estão cada vez mais sendo compreendidas como combate à pobreza deixando de ter um caráter universal, destinada exclusivamente aos comprovadamente pobres.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho.** São Paulo, Boitempo, 1999.

BAPTISTA, Myriam veras. **Algumas reflexões sobre o sistema de garantia de direitos.** In Revista Serviço Social e Sociedade, n. 109, São Paulo: Cortez, 2012.

BEHRING, Elaine Rosseti, **Política Social no contexto da crise capitalista**, disponível em http://xa.yimg.com/kq/groups/15556754/294779267/name/Texto_Politica_Social_no_Contexto_de_Crise_Capitalista%5B1%5D.pdf, acesso em 10/08/2013

BEHRING, Elaine Rossetti. **Política Social no contexto da crise capitalista.** In Serviço Social: Direitos Sociais e competências profissionais. Brasília.CFESS/ABEPSS 2009b. P.301- 321.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história.** 4.ed. São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca básica do Serviço Social vol. 2).

BOSCHETTI, Ivanete. **A Indisiosa Corrosão do Sistema de Proteção Social brasileiro.** In Revista Serviço Social e sociedade, n. 112, p. 754-803, São Paulo, out./dez. 2012

BOSCHETTI, Ivanete. **Seguridade social na America Latina.** In: Política Social no Capitalismo: Tendências contemporâneas. São Paulo, Cortez, 2008, p. 174 a 195.

BRAZ, Marcelo. **Capitalismo, crise e lutas de classes contemporâneas: questões e polêmicas.** In: Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n.111, p. 468-492, 2012.

CIGNOLI, Alberto. **Estado e Força de Trabalho: Introdução à Política Social no Brasil.** São Paulo, Brasilienses, 1985.

GOMES, Claudia M. Costa. **Em busca do Consenso: Radicalidade democrática e afirmação de Direitos.** Tendências Contemporâneas no Serviço Social. Rio de Janeiro, LumenJuris, 2013

LAURELL, Asa Cristina (Org); *Et ali.* **Avançando em direção ao passado: a política social do neoliberalismo.** In: Estado e políticas sociais no neoliberalismo. Tradução de Rodrigo Leon Contrera. São Paulo: Cortez, 1995

LIMA, Gilberto Barros. **A abrangência histórica da revolução industrial e seus desdobramentos sociais, econômicos e ambientais: Uma análise contemporânea.** Rio de Janeiro: Revista Eletrônica Boletim do TEMPO, Ano 4, Nº31, Rio, 2009 [ISSN 1981-3384]

MAURIELL, Ana Paula. **Pobreza, seguridade e assistência social: desafios da política social brasileira.** In Desenvolvimento e Construção hegemônica (org) Ana Elizabete Mota. Cortez, São Paulo, 2012, p. 179- 195

MOTA, Ana Elizabete. **A centralidade da assistência social na seguridade social brasileira nos anos 2000.** In: o Mito da Assistência Social: Ensaio sobre Estado, Política e Sociedade. São Paulo: Cortez, 2008, p. 133 a 146

MOTA, Ana Elisabete. **Cultura da Crise e Seguridade Social:** um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social nos anos 80 e 90. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2005

MOTA, A. E. **Seguridade Social Brasileira:**

desenvolvimento histórico e tendências Recentes. In: _____ . *et al.* (Org.). *Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional.* São Paulo: Cortez, 2007. p. 01-10

NETTO, José Paulo. **Crise do capital e consequências societárias.** In: Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n.111, p. 413-429, 2012.

PASTORINI , Alejandra, GALIZIA, Silvina. **A Redefinição Do Padrão De Proteção Social Brasileiro.** Revista Praia Vermelha, n 14 e 15, UFRJ, p.72 a 103, 2006

PASTORINI, Alejandra. **A categoria questão social em debate.** São Paulo: Cortez, 2004

PASTORINI, Alejandra. **Enfrentamento da Pobreza e Assistencialização da Proteção Social no Brasil.** Disponível em http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppII/pagina_PGPP/Trabalhos2/AlejandraPastorini.pdf, acesso em 19/08/2013

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e Justiça:** a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro, Editora Campus Ltda., 1979.

VIANNA, Maria Lucia Teixeira Werneck. **A nova política social no Brasil: uma prática acima de qualquer suspeita teórica? Praia Vermelha: estudos de política e teoria social,** Rio de Janeiro, n. 18, p.120-144, jan./jun. 2008.

VIANNA, Maria Lucia Teixeira Werneck. **Welfare State e neocorporativismo: interfaces teóricas de uma concepção europeia de bem-estar.** In A americanização (perversa) da seguridade social no Brasil: Estratégias de bem-estar e políticas públicas. 2ª Ed. UCAM, 2000. 17p



CIÊNCIA & COTIDIANO
REVISTA CIENTÍFICA

ISSN: 2236-3394

PRODUÇÃO CIENTÍFICA AO SEU ALCANCE
revista.cbpex.com.br